

Mensagem da Apae

Federação Nacional das Apaes - Dezembro 2015 - Ano 48 - Nº 01

*XXI Olimpíadas Especiais
das Apaes. Confira*

Página 6 a 13

*Projeto e ações
da rede Apae*

Página 26 a 34



EXPEDIENTE

MISSÃO: PROMOVER E ARTICULAR AÇÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REPRESENTAR O MOVIMENTO PERANTE OS ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS APAES, NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL DE SEUS USUÁRIOS.

Federação Nacional das Apaes
SDS – Ed. Venâncio IV – Cobertura – CEP – 70.393-900 –
Brasília – DF
Fone: (61) 3224-9922/ FAX: (61) 3223-8072
fenapaes@apaebrazil.org.br/ www.apaebrazil.org.br
Dezembro - 2015
Diagramação: Agência Ribeiro e Kélia Ramos
Tiragem: 5000
É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde
que citada a fonte.
Federação Nacional das Apaes é filiada à Inclusion International

Gestão: 2015 - 2017

Diretoria Executiva

Presidente
Aracy Maria da Silva Iêdo (RS)
Vice – Presidente
José Turozi (PR)
1º Diretor Secretário
Albanir Pereira Santana (GO)
2º Diretor Secretário
Narciso José Batista (BA)
1º Diretor Financeiro
Unirio Bernardi (RS)
2º Diretor Financeiro
Cássio dos Santos Clemente (SP)
Diretor Social
Rodolpho Luiz Dalla Bernardina (ES)
Diretora de Assuntos Internacionais
Rosane Teresinha Janhke (SC)
Diretor de Patrimônio
Luiz Augusto Machado dos Santos (PA)

Autodefensoria Nacional

Titulares
José Lucas Ferreira dos Santos (TO)
Thailane Tonete Muniz (SC)

Suplentes
Bianca Aliatti (RS)
Francisco Matos Além (PE)

Conselho Fiscal

Titulares
Eduardo da Silva Mendonça (MG)
Nilson Alves Ferreira (TO)
Ana Claudia de Andrade Trondoli (RO)
Suplentes
Deltton Pedrosa Bastos (RJ)
Maria das Graças Mendes da Silva (PE)

Conselho de Administração

Federação das Apaes do Estado do Amazonas
Maria do Perpetuo Socorro Castro Gil
Federações das Apaes do Estado da Bahia
Derval Freire Evangelista
Federação das Apaes do Estado do Ceará
Francisco Leitão Moura
Apae do Distrito Federal
Wilma Chaves Kraemmer
Federação das Apaes do Estado do Espírito Santo
Washington Luiz Sieleman Almeida
Federação das Apaes do Estado de Goiás
Wagner Benevides Duarte
Federação das Apaes do Estado do Maranhão
Milka Luciana Lima de Souza Bastos
Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais
Eduardo Luiz Barros Barbosa
Federação das Apaes do Estado do Mato Grosso
Comissão
Federação das Apaes do Estado do Mato Grosso do Sul
Tidelcino dos Santos Rosa
Federação das Apaes do Estado do Pará
Emanuel O' de Almeida Filho
Federação das Apaes do Estado da Paraíba
Gilvan José Campelo dos Santos
Federação das Apaes do Estado do Paraná
Neuza Soares de Sá
Federação das Apaes do Estado do Pernambuco
Amélia Maria Borges da Silva
Federação das Apaes do Estado do Piauí
Emerson José Gondim Machado
Federação das Apaes do Estado do Rio de Janeiro
Hélio Torres da Silva
Federação das Apaes do Estado do Rio Grande do Norte
William Ferreira de Lima
Federação das Apaes do Estado do Rio Grande do Sul
Luiz Alberto Maioli
Federação das Apaes do Estado de Rondônia
Ilda Salvático
Federação das Apaes do Estado de Santa Catarina
Júlio Cesar de Aguiar
Federação das Apaes do Estado de Sergipe
Carlos Mariz Moura de Melo
Federação das Apaes do Estado de São Paulo
Cristiany de Castro
Federação das Apaes do Estado de Tocantins
Marciane Machado Silva

Estados sem Feapaes
Maceió - AL
Macapá - AP
Rio Branco - AC

Federação Nacional das Apaes
SDS - Ed. Venâncio IV - Cobertura - CEP 70393-903 - Brasília-DF
Fone: (61) 3224-9922 | Fax: (61) 3223-8072
fenapaes@apaebrazil.org.br | www.apaebrazil.org.br

Brasília, Dezembro de 2015.
É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.
A Federação Nacional das Apaes é filiada à Inclusion International

Conselho Consultivo

Antonio Semas Figueiredo (PE) - *In memoriam*
Antonio Santos Clemente Filho (SP)
Eduardo Luiz Barros Barbosa (MG)
Elpídio Araujo Neris (DF)
Flávio José Arns (PR)
Justino Alves Pereira - (PR) *In memoriam*
José Candido Alves Borba (RJ) *In memoriam*
Luiz Alberto Silva (SC)
Nelson de Carvalho Seixas - (SP) *In memoriam*

Equipe Técnica Fenapaes

Gerente Geral

Cristiane Araci Andersen
sec.executiva@apaebrazil.org.br

Procuradora Jurídica:

Procuradora: Rosângela Maria Wolff de Quadros Moro
E-mail: procuradoria@apaebrazil.org.br

Assistente:

Larissa Chirstyna Alves Pereira
E-mail: larissa.procuradoria@apaebrazil.org.br

Auxiliar Jurídico:

Dayara Evangelista
Email: dayara.procuradoria@apaebrazil.org.br

Assessora de Assuntos Internacionais:

Maria Amélia Vampré Xavier
E-mail: mavamprexavier@uol.com.br

Coordenação de Administração e Logística:

Coordenador: João Batista da Silva
E-mail: administrativo@apaebrazil.org.br

Equipe:

Waldinéia Olímpio Zoraida Santana Ramos
E-mail: juventude@apaebrazil.org.br

Eduardo Souza Leite
E-mail: logistica@apaebrazil.org.br

Daurinha de Souza Leite
E-mail: servicosgerais@apaebrazil.org.br

Anderson da Silva Amaro
E-mail: falecompresidente@apaebrazil.org.br

Coordenação Contábil/ Financeira e Pessoal

Contadora Geral: Marineide Oliveira da Silva Freire
E-mail: financeiro@apaebrazil.org.br

Auxiliar Contábil:

Tânia Ramos
E-mail: contabil2@apaebrazil.org.br

Assistente de Departamento Pessoal:

Aline Lamara Silva Pereira
E-mail: pessoal@apaebrazil.org.br

Atendimento ao Público:

Coordenadora de atendimento: Eunice Gusmão
E-mail: fenapaes@apaebrazil.org.br
E-mail: eunice.solucoes@apaebrazil.org.br

Atendente:

Bruna Emily Lima Cordeiro
E-mail: bruna.solucoes@apaebrazil.org.br

Coordenação de Comunicação e Captação de Recursos:

Coordenadora: Kélia Ramos
E-mail: comunicacao@apaebrazil.org.br
captacao@apaebrazil.org.br

Estagiário de Comunicação:

Diego Lima
E-mail: comunicacaofenapaes@apaebrazil.org.br

Coordenação de Tecnologia da Informação:

Coordenador: Rafael Lucena Franco
E-mail: informatica@apaebrazil.org.br

Consultor de apoio:

Cláudio Pizzato
E-mail: consultorapoio@apaebrazil.org.br

Universidade Corporativa da Rede APAE (UNIAPAE):

Coordenadora Uniapae: Fabiana Maria das Graças S.Oliveira
E-mail: fabianamariasoes@hotmail.com

Equipe

Coordenador Pedagógico: Erivaldo Fernandes Neto
E-mail: institucional@apaebrazil.org.br
Supervisor Uniapae: Rodrigo Maia
E-mail: secretariauniapae@apaebrazil.org.br

Escritório Fenapaes – Porto Alegre – Rio Grande do Sul

Rua General Câmara, nº 406 sala 403 – Centro – Porto Alegre/RS
CEP. 90.010-230
Telefone: (51) 3228-1252/ 3212-5397

Assessora da Presidente

Lúcia Maria Cardoso Centena
E-mail: luciacentena@terra.com.br
fenapaesrs@apaebrazil.org.br

Auxiliar Administrativo

Alexandro Martim Vargas dos Santos
E-mail: presidente@apaebrazil.org.br
fenapaesrs@apaebrazil.org.br

Coordenador Nacional de Eventos

Antônio Bastos
E-mail: bastosapaebg@italnet.com.br

Controladoria

Roberto Machado Salaberry
Email: controladoria@apaebrazil.org.br
Estagiaria: Juliana Correa

Coordenações Nacionais

Coordenação de Arte

Coordenadora: Rosânia de Almeida (PR)

Coordenação de Assistência Social

Coordenadora: Marilena Ardore (SP)

Coordenação de Autodefensoria e Autogestão

Coordenadora: Elcira Lourdes Machado Bernadi (RS)

Coordenação de Defesa de Direitos e Mobilização Social

Coordenadora: Anna Beatriz L. Peranovich Leite (SP)

Coordenação de Educação e Ação Pedagógica

Coordenadora: Fabiana Maria das G. Soares de Oliveira (MS)

Coordenação de Educação Física desporto e lazer

Coordenador: Roberto Antônio Soares (SP)

Coordenação de Educação Profissional

Coordenadora: Maria Helena Alcântara Oliveira (DF)

Coordenação de Prevenção e Saúde

Coordenador: Rui Fernando Pilotto (PR)

Palavra da Presidente



Estamos encerrando o ano de 2015.

Por este motivo fazemos a retrospectiva de nossas ações. Foram muitas, porque acima de tudo

podemos contar com a participação de todos os conselheiros que se fizeram presentes contribuindo

para que obtivéssemos os bons resultados.

Em nossos registros ficaram marcados que no ano de 2015 nosso trabalho foi pautado pelas grandes parcerias, pela transparência e pela responsabilidade no respeito à nossa missão institucional fazendo a defesa de direitos da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

À todos os votos de um Feliz Natal e que em 2016 seja venturoso em prol do Movimento Apaeano.

*Atenciosamente,
Aracy Maria da Silva Lêdo
Presidente da FENAPAEs*

Sumário

XXI Olimpíadas Especiais das Apaes	6
Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência	14
Destaques do Movimento Apaeano	21
Projeto e ações da Rede Apae	26
Festival Nossa Arte - 60 Anos do Movimento Apaeano	35
Prevenção e Saúde	37
Educação Física 2015 - Ciclo Olímpico nas Apaes do Brasil	41
Autogestão e Autodefensores: Conquistando caminhos para ser e conviver	43
Coordenação Nacional de Educação e Ação Pedagógica	45

XXI OLÍMPIADAS ESPECIAIS DAS APAES

As Olimpíadas das Apaes são realizadas desde o ano de 1973, contando com a realização de etapas municipais, estaduais e a nacional, que envolve todo o país. Os eventos são realizados uma vez a cada três anos e contam com a participação de milhares de pessoas. Só na etapa nacional participam em média 1.500 atletas.

O evento é uma inspiração das Paraolimpíadas realizadas pela primeira vez em Roma no ano de 1960, as quais objetivavam a inclusão de atletas com deficiência em esportes de alto desempenho a partir da adaptação das estruturas e modalidades esportivas. No entanto, mesmo no âmbito das modalidades paraolímpicas, era difícil incluir as pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Foi assim que as Apaes começaram a investir na educação física em suas unidades, buscando a adaptação de modalidades esportivas às condições funcionais das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, criando, assim, as competições como incentivo à prática esportiva.



Este ano foi realizada a XXI Olimpíada Especiais das Apaes, sediada na cidade de Campo Grande no estado do Mato Grosso do Sul. Participaram 22 delegações vindas dos estados brasileiros e reunidos durante os cinco dias de competições.

Como resultado dos anos de trabalho, existem dentro da Rede Apae atletas que têm conquistado grande destaque nacional e internacional em eventos esportivos. Selecionamos alguns para esta matéria:

APAE RIO DAS OSTRAS – RJ PARTICIPA DOS JOGOS OLÍMPICOS ESPECIAIS MUNDIAIS DE 2015



Os Jogos Olímpicos Especiais Mundiais de 2015 foi o maior evento realizado em Los Angeles, desde os Jogos Olímpicos de 1984. É também o maior evento de esporte ligado a ações humanitárias do mundo. O Special Olympics envolve 4,4 milhões de atletas do mundo todo, e cerca de 6.500 deles – a partir de 165 países – estão competindo nos Jogos Mundiais 2015 em Los Angeles.

O Brasil, que também participou desse grande evento, esteve representado por atletas de vários estados, e o Movimento das Apaes, com orgulho, foi representado pelos atletas da Apae Rio das Ostras – RJ.

O país já garantiu várias medalhas em diversas modalidades. Acessem o link e prestigiem esse grande evento e o trabalho dos nossos professores e alunos/atletas: <http://www.la2015.org/>.

INTEGRANTE DA APAE DO DISTRITO FEDERAL É DESTAQUE NO PARAPAN 2015

A aluna e atleta da Apae do Distrito Federal Adriele de Moraes conquistou medalha de ouro no Parapan 2015. Ela competiu na final do salto a distância e conquistou o primeiro lugar, com marca de 4.95. É mais uma medalha na trajetória da aprendiz.

Moradora da cidade de Samambaia, a jovem Adriele de Moraes é beneficiária do projeto de Atletismo da Apae-DF e, graças ao seu ótimo desempenho nas provas, foi convocada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) para compor a delegação do Brasil nos Jogos Parapan-Americanos 2015. O evento foi realizado no dia 7 de agosto com encerramento no dia 15, na cidade de Toronto, no Canadá.

Aos 23 anos, Adriele possui deficiência intelectual e virou destaque por seu desempenho nas provas de pista, principalmente no salto a distância e provas de corrida. Além do ouro no Parapan, ela manteve o seu recorde sul-americano do salto e obteve a quinta colocação no mundial de Lyon, na França, e primeiro lugar sul-americano do Chile, em 2014.

A delegação do Brasil foi composta por 272 atletas, sendo cinquenta na modalidade atletismo. O Brasil participou de todas as modalidades com competições



Atleta da Apae do Distrito Federal Adriele de Moraes

nos jogos, sendo quinze no total. Adriele é a única na sua categoria T20 (deficiência intelectual) a compor o grupo do país.

CONFIRA A ENTREVISTA COM A ATLETA ADRIELE DE MORAES

Quando você entrou na Apae?

Comecei aqui na Apae em março de 2011. Eu vinha de outra associação e entrei aqui apenas para treinar. No começo, eu não queria entrar na Apae realmente, achava que era “escola de doido”. Não conhecia aqui direito. Então, comecei a treinar com a professora Dione (Favero). Foi, foi, foi... Aí me

colocaram numa competição e depois eu fui me inscrevendo.

Quando a professora Andrea (Raulino, atual treinadora) entrou na Apae, a professora Dione me disse: “Olha, tem uma professora nova aqui, ela é muito boa”. Quando a Andrea me conheceu, ela ficou doida. E falou: “Eu vou com ela, vou treinar essa menina”. Foi quando começamos a treinar. De repente, já ‘estava surgindo competição fora do país.

Desde que começou seu treinamento, você já foi destaque em muitas competições, passou a receber o “Bolsa Atleta” do Governo Federal, bateu o recorde sul-americano no salto em distância e ganhou inúmeras medalhas. Mas o que mais mudou na sua vida depois do atletismo?

Mudou meu jeito social. Eu era muito tímida no meio do povo, não falava quase nada. No colégio, não tinha muitos amigos, porque não era mesmo de falar. Agora todo mundo vê que sou bem faladeira, né? (risos...) Mudou tudo, as amizades que a gente faz, as amizades boas. Também conheci outros lugares, comecei a viajar muito. Mudou tudo.

Você é filha adotiva e mora sozinha com sua mãe. Ela apoia você como atleta?

Sim, todos me apoiam. Minha mãe me apoia muito, ela gosta muito do que faço. Sempre quer que eu venha aos treinos, não quer que eu perca nenhum dia de treinamento. E eu também não, porque não gosto de perder.

O Comitê Paraolímpico Brasileiro convocou você para representar o Brasil nos Jogos Parapan Americanos do Canadá, competindo na sua especialidade, que é o salto em distância. Qual foi a sensação quando você ganhou a medalha de ouro?

Foi uma experiência inesquecível. Foi meu primeiro Parapan, né!? Escutar seu nome, escutar “Adriele de Moraes é ouro”, nossa, foi uma sensação muito boa.

Quais foram as dificuldades que encontrou no atletismo até conquistar essa medalha?

Todos os atletas têm dificuldades. Têm que acordar cedo, treinar todo dia. Às vezes, você não está num dia bom para treinar, mas tem que ir e vai superando. E tem a dificuldade do patrocínio. Às vezes, você pega do seu dinheirinho, da bolsa que a gente tem, que já é pouca, e tem que pagar a passagem, outras coisas. A Apae ajuda muito, mas ainda assim tenho que usar meu dinheiro para competir. Por isso, patrocínio é sempre bem-vindo.

O que você pensa para seu futuro como atleta?

Futuro... é Rio 2016. Espero estar lá ano que vem, se Deus quiser. Mas, para isso acontecer, tenho que correr atrás, treinar muito. E, fora Rio, que venham outras competições, outro Parapan, outros mundiais. Eu tenho um sonho também de ser professora de educação física. Estou voltando a estudar depois dessas competições para conquistar esse sonho.

APAE DE SÃO FRANCISCO DO CONDE PARTICIPA DO GLOBAL GAMES

O aluno Joel Aleixo da Silva conquistou duas medalhas de ouro no Global Games – Jogos Mundiais para Pessoas com Deficiência Intelectual. O atleta foi medalhista nas provas de atletismo nos 200 metros livres, revezamento 4X100, e na modalidade 4X400. Nas duas últimas modalidades, foi recordista mundial.

A escolha de Joel para representar o país na competição se deu diante dos resultados nas competições oficiais em que foi convocado. O atleta compõe a Seleção Brasileira de Atletismo.

A competição, que aconteceu entre os dias 20 e 27 de setembro, na cidade de Latacunga, no Equador, reuniu mais de 200 atletas de 28 países. O Brasil participou com uma delegação com 16 atletas nas modalidades de atletismo e natação.



ESPECIAL XXI OLIMPÍADAS ESPECIAIS DAS APAES

No dia 3 de dezembro de 2015 aconteceu a XXI etapa nacional das Olimpíadas Especiais das Apaes, na cidade de Campo Grande - MS. Esta edição reuniu cerca de 1.100 atletas de 22 estados do país, que disputaram medalhas em 11 modalidades esportivas.

Foram cinco dias de evento, em que as delegações dos estados participantes competiram nas atividades de tênis de mesa, natação, ginástica artística, ginástica rítmica, capoeira, basquete, handebol, futsal, futebol society e atletismo. Neste ano a bocha adaptada foi incluída como modalidade esportiva, contribuindo para inclusão esportiva das pessoas com alta complexidade.

Cerimonia de Abertura: Foi realizada na noite do dia 03 no ginásio poliesportivo Dom Bosco, contou com a participação das 22 delegações, que foram

recepcionadas pela Presidente da Federação Nacional das Apaes, Aracy Lêdo, pelo Presidente da Federação das Apaes do Estado do Mato Grosso do Sul, Tildecino Rosa, pelo Presidente da Apae de Campo Grande, Ottão Pereira, pelo Coordenador Nacional de Educação Física, Esporte e Lazer, Roberto Antônio Soares e pelos Autodefensores Nacionais, José Lucas (TO) e Taylane Tontte (SC).

Representação: Participaram da cerimonia de abertura do evento, Fabiana Rivarol da Aplub Capitalização - Patrocinadora Oficial do evento, o Presidente e Diretor da Fundesporte, Marcelo Ferreira representando o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, Ivandro Correa Fonseca - Secretário de Saúde, representando a Prefeitura da cidade de Campo Grande e o Deputado Junior Mochi, representando a Assembleia Legislativa do Estado.



Tocha Olímpica/Juramento: Foi momento de grande emoção quando a atleta da Apae de Campo Grande, Juliana Martins fez um percurso carregando a tocha Olímpica e acendeu o fogo da pira olímpica, em representação ao antigo ritual grego em que o fogo representava Zeus, Deus do Olimpo. O desfile da tocha foi seguido do juramento feito por um dos atletas da Apae de Campo Grande, Carlos Alexandre dos Santos.

Declaração: A Presidente da Fenapaes Aracy Lêdo, fez a Abertura Oficial dos Jogos Olímpicos das Apaes, destacando a importância do esporte para inclusão social das pessoas com deficiência e a importância do reconhecimento dos avanços pessoais que cada atleta conseguiu durante a prática do esporte, por meio da realização de um evento como este. Assim convidou toda a comunidade a estar presente assistindo as disputas a partir do dia 04/12 em três locais: Associação Nipo-Brasileira, Centro Olímpico da Vila Nasser e o Ginásio poliesportivo Dom Bosco.





Durante a cerimônia foi lida a mensagem do Embaixador das Apaes no Brasil aos atletas:

"Hoje é um grande dia para todos vocês, pois estamos realizando a abertura da XXI Olimpíadas Especiais das Apaes, evento este que ocorre há 42 anos, demonstrando todo o esforço, determinação e superação que se refletem nestes 1.140 alunos que se encontram aqui representando todo o Brasil.

Eu Daniel, tenho muito orgulho de ser Embaixador das Apaes do Brasil, pois sei do grande trabalho realizado pela entidade, que incessantemente busca respeito, igualdade e inclusão para todas as pessoas com necessidades especiais.

Quero desejar sucesso nas competições e que os resultados deste grande evento esportivo possam refletir para a sociedade, toda a importância da conscientização, de uma qualidade de vida melhor para nossos atletas .

Um abraço especial a cada atleta e a todos os organizadores, aproveitando para desejar-lhes um Feliz Natal!

Com carinho,

Daniel"

Para finalizar o evento foi convidada a equipe de basquete acrobático, Ginasloucos que provocou suspiros e aplausos da plateia com suas acrobacias arriscadas, uma combinação de basquete e ginástica acrobática.

Competições:

Dia 04/12 começaram as competições das modalidades de tênis de mesa, natação, ginástica rítmica e artística, bocha e capoeira;

Dia 05/12 - Por motivos climáticos as provas de atletismo foram transferidas para o dia 06/12;

Dia 06/12 - Jogos coletivos - Basquete Ball, handebol, futsal e futebol society e atletismo;

Dia 07/12 - Finais dos jogos coletivos.

Os resultados foram disponibilizados nos boletins que se encontram no site da Apae Brasil:

Boletim Oficial nº 001 XXI Olimpíadas Especiais das Apaes

Boletim Oficial nº 002 XXI Olimpíadas Especiais das Apaes

Boletim Oficial nº 003 XXI Olimpíadas Especiais das Apaes

Boletim Oficial nº 004 XXI Olimpíadas Especiais das Apaes

Boletim Oficial nº 005 XXI Olimpíadas Especiais das Apaes

Boletim Oficial nº 006 XXI Olimpíadas Especiais das Apaes

Em todos os dias de evento nos horários de almoço e jantar houve apresentações culturais da cidade e do estado anfitriões. Onde os atletas se divertiram, tendo a oportunidade de trocar experiências com outros atletas, um intercambio cultural e esportivo para todos os participantes.

No dia 06 foi realizado um baile, onde os atletas dançaram ao som do Dj Izac, contando também com a animação dos profissionais de educação-física e de educação artística da Apae de Campo Grande.

A Fenapaes agradece o apoio e empenho de todos que contribuíram para que a XXI Olimpíadas Especiais das Apaes ocorresse e atendesse as expectativas dos atletas participantes que se prepararam durante todo o ano de 2015 para que esta grande celebração do esporte acontecesse no Movimento das Apaes. ■



LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA) LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015

Procuradoria Jurídica - Fenapaes

A Lei Brasileira da Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência é a lei nacional que garante a toda pessoa com deficiência o direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas, além de implementar políticas públicas afirmativas para assegurar a efetiva igualdade de oportunidades em relação as demais pessoas.

A Constituição Federal estabelece a competência concorrente de todos os entes federados para legislar sobre a proteção e integração das pessoas com deficiência, no art. 24, XIV. Na competência concorrente, cabe à União Federal estabelecer as normas gerais, sem excluir a competência dos Estados e Municípios. Portanto, se antes do advento da Lei Brasileira da Inclusão algum ente federativo exerceu a sua competência plena e editou um Estatuto, resta salientar que a superveniência da Lei Brasileira da Inclusão somente suspende a eficácia da lei estadual ou municipal no que lhe for contrário.

A maioria dos seus dispositivos entrará em vigor em 6 janeiro de 2016. Em alguns casos específicos,

o legislador conferiu prazo maior, considerando a magnitude da mudança para a adequação.

A lei se aplica às pessoas com deficiência garantindo-lhes direitos. Aplica-se a todos os Poderes e Administração Pública, impondo-lhes obrigações. Mas não é só. A nova legislação impõe que a sociedade como um todo se adapte para que as pessoas com deficiência tenham efetivamente esse direito assegurado. Empresas privadas, hotéis, teatros, restaurantes, ou seja, os estabelecimentos comerciais receberam ordens e prazos do legislador para se adequarem. Como preconizou a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, internalizada no ordenamento jurídico brasileiro desde 2009, a deficiência não está na pessoa, mas nos impedimentos de longo prazo que, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. E esses impedimentos de longo prazo podem ser de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.



O Estatuto da Pessoa com Deficiência decorre desse tratado internacional de que o Brasil foi signatário em 2009, ocasião em que o país assumiu internacionalmente a obrigação de colocar em prática todos os princípios da Convenção. Quando incorporado na legislação nacional, o tratado ganhou status de emenda constitucional, porque foi aprovado nos moldes do art. 5, §3º, da Constituição Federal. Isso significa dizer, diante da supremacia da Constituição Federal, que as leis e normas infralegais que atentam contra as disposições do tratado foram automaticamente revogadas. Isso aconteceu com a expressão “pessoas portadoras de deficiência”.

Nesse cenário, do novo conceito de pessoa com deficiência é que surgiu a Lei Brasileira da Inclusão. Contudo, nem todos os seus dispositivos são autoaplicáveis, ou seja, podem, de plano, operar efeitos. Como exemplo, citamos o auxílio-inclusão criado para incentivar a inserção da PcD no mercado de trabalho ainda quando beneficiária do BPC – benefício da prestação continuada, que vai depender de uma nova lei e de um decreto regulamentar.

O legislador reconheceu que algumas pessoas com deficiência necessitam de assistência ou de cuidados básicos de outrem, a quem denominou de atendente pessoal e estendeu-lhes direitos como atendimento prioritário nas instituições e serviços de atendimento ao público, além de assegurar a permanência do acompanhante em casos de internação ou observação hospitalar.

A discriminação, considerada como toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de

tecnologias assistivas, passou a ser crime punido com pena privativa de liberdade.

O estatuto prestigia a vontade manifestada da PcD, revogando artigos do Código Civil e estabelecendo o procedimento de tomada de decisão apoiada, através do qual a PcD escolhe duas pessoas idôneas para prestar-lhe apoio na tomada das decisões da vida civil, através do procedimento que especifica.

A curatela poderá ser promovida pela própria PcD e em qualquer caso o juiz deverá ser assistido por equipe multidisciplinar, ou seja, a perícia não poderá mais ser dispensada e a nomeação do curador não precisará recair sobre uma única pessoa, podendo ser compartilhada.

Apresentaremos a seguir, alguns destaques:

SAÚDE

No que diz respeito ao direito à saúde, o legislador assegurou a oferta de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção, medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais, conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde.



Aqui, precisamos fazer uma ressalva, notadamente em relação ao fornecimento dos medicamentos. Infelizmente, as normas vigentes do Ministério da Saúde não contemplam todos os medicamentos que possam ser necessários para o tratamento ou melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência.

O Ministério da Saúde edita uma relação chamada RENAM – Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, que se trata de uma lista de medicamentos a qual deve atender às necessidades de saúde prioritárias da população brasileira. Medicamentos porventura necessários que não estejam contemplados nessa listagem não serão obtidos na via administrativa.

O legislador também se preocupou com a prevenção de deficiências por causas evitáveis por meio de acompanhamento da gravidez, com identificação e controle da gestante de alto risco, também por meio de práticas alimentares adequadas e saudáveis.

E, finalmente, para a saúde prestada na iniciativa privada, sob nenhum pretexto as operadoras de

planos e seguros privados de saúde poderão estabelecer prestação de serviço diferenciada, nem mesmo em relação ao preço, no atendimento da pessoa com deficiência.

EDUCAÇÃO

O legislador imputou ao poder pública a obrigação de assegurar sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas.

A presidente da República vetou o artigo 29 que assegurava reserva de vagas nos cursos de ensino médio e profissionalizante, ensino superior e pós-graduação para pessoas com deficiência, sob o argumento de que o texto da lei não teria trazido os contornos necessários para a sua implementação, em verdadeiro contra senso.

DIREITO À MORADIA

O direito à moradia vem previsto sob duas vertentes. A primeira assegura à PdD o direito de moradia no seio da família natural, substituta ou independente, acaso possível. A segunda, nos casos em que a moradia deva ser fornecida pelo Poder Público, impõe-lhe assegurar a independência da pessoa e reserva de vagas de, no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para as pessoas com deficiência.

Ainda no que diz respeito à moradia, o texto original da Lei determinava que os programas habitacionais



adotassem o desenho universal nas construções e moradias realizadas com recursos públicos. Infelizmente, a Presidente da República vetou essa disposição, argumentando que a medida poderia significar aumento de custos, em flagrante detrimento ao direito de acessibilidade da pessoa com deficiência. Mais um contra senso.

DIREITO AO TRABALHO

Qualquer empregador, seja público ou privado, é obrigado a garantir ambiente de trabalho acessível e igual remuneração pelo trabalho de igual valor desenvolvido por pessoa sem deficiência. A nova lei também incentiva o empreendedorismo e o trabalho autônomo, incluídos o cooperativismo e o associativismo, e sinaliza que serão disponibilizadas linhas de crédito para tal fim.

Contudo, também em relação ao trabalho houve veto da Presidente da República em relação ao aumento do número de vagas reservadas que os empregadores deveriam assegurar para empresas com mais de 50 funcionários. Com o veto, permanece a obrigação para empresas com mais de 100 funcionários.

CULTURA

Os programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas devem ser disponibilizados em formato acessível.

Nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte e locais de espetáculos deverão ser reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, em locais diversos, de boa visibilidade, em todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, garantindo que

no mínimo um acompanhante acomode-se próximo à pessoa com deficiência.

As rotas de fuga e saídas de emergência também devem ser acessíveis.

SALAS DE CINEMA

As salas de cinema deverão oferecer, a partir de 6 de julho de 2019, em todas as sessões, recursos de acessibilidade para a pessoa com deficiência, sem qualquer cobrança adicional do ingresso.

HOTÉIS

Os hotéis, pousadas e similares disporão até 6 de julho de 2017 para adotar o desenho universal e todos os meios de acessibilidade e deverão garantir no mínimo 10% dos seus dormitórios acessíveis com rotas também acessíveis.

TRANSPORTE

No conceito de transporte acessível, estão incluídos veículos, terminais, estações, pontos de parada, sistema viário e a toda prestação do serviço.

Nos estacionamentos abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e em vias públicas, devem ser reservadas vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, desde que devidamente identificados equivalentes a 2% (dois por cento) do total de vagas, garantida, no mínimo, uma vaga devidamente sinalizada.

O usuário da vaga diferenciada, por sua vez, deverá exibir a credencial fornecida pelos órgãos de trânsito,

que disciplinarão suas características e condições de uso com validade para todo o território nacional.

Estacionar veículo na vaga reservada passará a ser infração de natureza grave nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, a partir de 6 de janeiro de 2016.

As empresas de transporte de fretamento e de turismo, na renovação de suas frotas, são obrigadas, a partir de 6 de julho de 2019, a assegurar a acessibilidade.

TAXIS

As empresas de táxi devem reservar 10% (dez por cento) de seus veículos de suas frotas acessíveis à pessoa com deficiência e não pode haver cobrança diferenciada.

Também as PcD que queiram explorar serviços de taxi terão 10% das vagas de concessão reservadas, desde que sejam proprietárias do veículo e esse esteja adaptado para suas necessidades.

VEÍCULOS DE ALUGUEL

As locadoras de veículos são obrigadas a oferecer 1 (um) veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota com câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio e de embreagem.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Os órgãos públicos e empresas com sede ou representação comercial no país deverão manter sites acessíveis, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis.

LAN HOUSES

Devem garantir, no mínimo, 10% (dez por cento) de seus computadores com recursos de acessibilidade para pessoa com deficiência visual, sendo assegurado pelo menos 1 (um) equipamento, quando o resultado percentual for inferior a 1 (um).

TELEFONIA FIXA E MÓVEL

Para os serviços de telefonia, a lei diz que cabe ao poder público incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel celular com acessibilidade que, entre outras tecnologias assistivas, possuam possibilidade de indicação e de ampliação sonoras de todas as operações e funções disponíveis.

Serviços de radiodifusão de sons e imagens

Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso de subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras e audiodescrição.

LIVROS

O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇO

Os fornecedores devem disponibilizar, mediante solicitação, exemplares de bulas, prospectos, textos



ou qualquer outro tipo de material de divulgação em formato acessível. As instituições promotoras de congressos, seminários, oficinas e demais eventos de natureza científico-cultural devem oferecer à pessoa com deficiência, no mínimo, subtitulação por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras e audiodescrição. E, se esses eventos forem promovidos ou financiados pelo poder público, devem ser garantidas as condições de acessibilidade e os recursos de tecnologia assistiva.

VOTO

À pessoa com deficiência é assegurado o direito de votar e de ser votada. Os materiais e os equipamentos para votação devem ser apropriados, acessíveis a todas as pessoas e de fácil compreensão e uso, sendo vedada a instalação de seções eleitorais exclusivas para a pessoa com deficiência. Também, a pessoa com deficiência poderá ser auxiliada no procedimento de votação por pessoa de sua livre escolha.

A nova lei alterou o Código Eleitoral acrescentando mais uma obrigação aos Tribunais Regionais Eleitorais, que deverão, a cada eleição, expedir instruções aos Juízes Eleitorais para orientá-los na escolha dos locais de votação, de maneira a garantir acessibilidade para o eleitor com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive em seu entorno e nos sistemas de transporte que lhe dão acesso.

PROPAGANDA ELEITORAL

Os pronunciamentos oficiais dos detentores de mandato, a propaganda eleitoral obrigatória e os debates transmitidos pelas emissoras de televisão devem ter subtitulação por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras e audiodescrição.

CRIME DE DISCRIMINAÇÃO

Praticar, induzir ou incitar a discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é crime, punido com pena de reclusão de um a três anos e multa.

A discriminação em razão da deficiência é toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

Se a discriminação for praticada, induzida ou incitada por pessoa que tenha o dever de cuidado ou responsabilidade, a pena é aumentada em 1/3.

Se a discriminação for cometida por intermédio de meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza, a pena é ainda maior, de dois a cinco anos.

Crime: apropriação indevida de bens da pessoa com deficiência

Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência é crime, punido com pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa.

Se o crime é cometido pelo tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial, ou por aquele que se apropriou em razão de ofício ou de profissão, a pena é aumentada em 1/3.

Crime: abandonar pessoa com deficiência

Abandonar pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigamento ou congêneres é crime, punido com pena de reclusão de seis meses a três anos e multa.

Não prover as necessidades básicas de pessoa com deficiência quando obrigado por lei ou mandado

também é crime, punido com pena de reclusão de seis meses a três anos e multa.

Crime: utilizar cartão de PcD indevidamente

Reter ou utilizar cartão magnético, qualquer meio eletrônico ou documento de pessoa com deficiência destinados ao recebimento de benefícios, proventos, pensões ou remuneração ou à realização de operações financeiras, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem, é crime punido com pena de detenção de detenção, de seis meses a dois anos, e multa. E, se esse crime for cometido por tutor ou curador, a pena é aumentada em 1/3.

Crime: Cobranças adicionais

Recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência é crime, punido com reclusão de dois a cinco anos e multa.

Crime: obstar inscrição em concurso público

Obstar inscrição em concurso público ou acesso de alguém a qualquer cargo ou emprego público, em razão de sua deficiência, é crime, punido com reclusão de dois a cinco anos e multa.

Crime: negar ou obstar trabalho ou emprego

Negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência é crime, punido com reclusão de dois a cinco anos e multa.

Crime: recusar atendimento à saúde

Recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar

e ambulatorial à pessoa com deficiência é crime, punido com reclusão de dois a cinco anos e multa.

CADASTRO – INCLUSÃO

O legislador determinou a criação de um Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência, atribuindo sua administração ao Poder Executivo da União, com a finalidade de estudo e pesquisa, para ser usado na formulação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas para a pessoa com deficiência.

AUXÍLIO-INCLUSÃO

O estatuto da pessoa com deficiência criou o benefício auxílio-inclusão. Porém, dependerá de outra lei que precisa ser editada para determinar as condições, os requisitos e os valores que seriam pagos. Trata-se de um auxílio que contribuirá para incentivar a inserção da pessoa com deficiência moderada ou grave no mercado de trabalho sem que ela perca o benefício da prestação continuada, acaso o receba.

PRERROGATIVA DO ATENDIMENTO DOMICILIAR

Quando o deslocamento da pessoa com deficiência, em razão de sua limitação funcional e de condições de acessibilidade, lhe impuser ônus desproporcional e indevido, o agente público promoverá o contato necessário com a pessoa com deficiência em sua residência, inclusive no caso de perícia médica e social do INSS.

Essa prerrogativa dependerá de regulamentação para definir o que será compreendido como ônus desproporcional que lhe garanta a prerrogativa do atendimento domiciliar. ■

Destques do Movimento Apaeano

PRESIDENTE DA FENAPAES RECEBE COMENDA DORINA NOWILL DO SENADO FEDERAL

Durante o mês de setembro o Senado Federal abriu um espaço especial em sua pauta de trabalhos, para homenagear brasileiras com reconhecida atuação na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

A solenidade foi intitulada de Comenda Dorina Nowill, em referência a eminente Professora Dorina de Gouvêa Nowill, que dedicou sua vida a educação de estudantes cegos no Brasil.

Foi então, formado um conselho de senadores, que indicaram alguns nomes de destaque no cenário nacional da área em destaque. O conselho então deliberou sob 14 indicados e escolheu 6 homenageadas, que no dia 24 de setembro de 2015, foram recebidas no plenário do Senado Federal para uma Sessão Especial, onde foi ressaltada suas histórias de vida e comprometimento com a causa das pessoas com deficiência.

Essa data foi de grande alegria para o movimento das Apaes, pois uma das homenageadas da sessão foi a presidente da Federação Nacional das Apaes, Aracy Maria da Silva Lêdo. Em prestígio a solenidade estiveram presentes diversas Apaes, como Apaes de Goiânia, Anápolis, Cristalina e Distrito Federal,

representadas por familiares, pessoas com deficiência e profissionais.

A professora Aracy tem um histórico de militância na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. É socióloga e dedicou sua vida a educação, com especial atenção a educação de jovens com deficiência, tendo coordenado diversos projetos de educação no Rio Grande do Sul. Esteve à frente da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadores de Deficiência e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS), ocupou o cargo de presidente da Federação das Apaes do mesmo estado, foi ainda secretária de Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social de Porto Alegre e atualmente é presidente da Federação Nacional das Apaes.

Suas realizações expõe uma trajetória de luta pela justiça social no país, buscando uma melhor condição de vida para os grupos sociais mais vulneráveis através da defesa de políticas públicas eficientes. Seu nome foi o que obteve maior número de votos entre os Senadores que decidiram sobre as premiadas.

Seu nome foi destaque nacional nos últimos anos, principalmente devido a sua atuação decisiva frente à defesa de um sistema educação amplo e de qualidade para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla



durante a discussão da Meta 4 do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014.

SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E MÚLTIPLA 2015

Este ano o tema da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2015 foi: “Inclusão se conquista com autonomia”, pois, nos últimos anos, o movimento das Apaes tem se dedicado à defesa de pautas cada vez mais inclusivas, alertando para necessidade premente do estímulo à autonomia da pessoa com

deficiência intelectual e múltipla nas diferentes fases da sua vida. Essa é uma ideia transversal que perpassa todas as áreas de atuação do movimento das Apaes. Nossos esforços, desde os serviços administrativos aos atendimentos diretos às pessoas com deficiência, devem ser pautados pela necessidade de criarmos um ambiente favorável para o desenvolvimento da pessoa com independência e participação.

Desde que o Movimento das Apaes foi criado, um dos seus compromissos de trabalho sempre foi buscar estratégias para aumentar a rede de convívio da pessoa, buscando superar as barreiras atitudinais e sociais para sua verdadeira inclusão na sociedade. Usamos a perspectiva da funcionalidade e da avaliação biopsicossocial como paradigmas para nossas práticas institucionais, sempre tendo uma visão positiva da pessoa, identificando e estimulando suas potencialidades, não colocando a deficiência como um impedimento a priori para o desenvolvimento.

Movidos desse espírito, todas as Apaes do Brasil se mobilizaram mais uma vez, buscando a sociedade para discutir os temas de interesse das pessoas com deficiência. Foram produzidos textos de apoio para os debates, além de cartazes, folders, materiais para rádio e TV. Foram inúmeros debates e solenidades no Brasil inteiro e, sem dúvida, as Apaes e as pessoas com deficiência da Rede estão hoje muito mais fortalecidas e empoderadas de seus direitos.

LANÇAMENTO DO LIVRO ENFRENTANDO DESAFIOS (ENVELHECIMENTO E DEFICIÊNCIA)

Temos a satisfação de divulgar o livro *Enfrentando Desafios (Envelhecimento e Deficiência)*, escrito por Maria Amélia Vampré Xavier, uma das fundadoras do Movimento das Apaes e conhecida militante dos direitos das pessoas com deficiência em todo o mundo. No Brasil, é Assessora de Assuntos Internacionais da Federação Nacional das Apaes e, internacionalmente, é Membro Honorário Vitalício da Organização Mundial de Famílias Inclusion International, com sede em Londres, que representa pessoas com deficiência intelectual em 200 países.

Entre suas obras anteriores, destaca-se o livro *O Outro Lado do Arco-íris (Meu filho Ricardo)*, de 1984, que foi muito aclamado pelos pais de pessoas com deficiência intelectual, que se viram representados em sua





narrativa. O livro descreve a sua vivência familiar e os desafios para o desenvolvimento de seu filho, o então jovem Ricardo. Assim, seu novo livro pode ser entendido como uma confluência do anterior, agora abordando os desafios enfrentados por uma pessoa com deficiência intelectual na vida adulta e em processo de envelhecimento. O lançamento aconteceu em São Paulo, compondo as ações em comemoração ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, comemorado no dia 21 de setembro.

Esperamos que o livro sirva de fonte de inspiração para a resolução de problemas atuais e de esperança para as famílias de pessoas com deficiência intelectual.

SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE AUTODEFENSORIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Organizado Pela Entidade Ida (International Disability Alliance), em parceria com Inclusion International, representada por seu Presidente sr. Klaus Lachwitz (Alemanha), por Inés Escallon – Coordenadora de Trabalhos de Inclusion International na América Latina

O seminário latino-americano sobre autodefensoria contou com participantes da direção da organização mundial de famílias de pessoas com deficiência

intelectual, INCLUSION INTERNATIONAL, cuja sede é em Londres, Inglaterra, mas seu trabalho se estende por todo o planeta, envolvendo países industrializados, países emergentes como o Brasil, e toda a América Latina. A IDA cedeu, pois, espaço para que jovens com deficiência intelectual de diversos países tivessem a possibilidade de se conhecer, a despeito de morarem em países diferentes, ocasião em que foi muito destacado o trabalho das chamadas

Pessoas apoio que, profissionais ou não, procuram apoiar a pessoa com deficiência intelectual, estimulando-a a expressar seus sentimentos, seu desejo de se fazer ouvir cada vez mais forte em todos os lugares do mundo.

Tivemos a contribuição de Maria Camila Lozano, da entidade Asdown, da Colômbia, que vem tendo grande destaque nos últimos tempos; já a jovem Abril Martinez Rivera representou com muito brilho a grande organização mexicana CONFE, dirigida há anos com muito empenho e dedicação por nossa querida amiga pessoal, a senhora Raquel Jelinek.

A participação dos autodefensores dos diversos países foi contínua e cheia de vigor, tendo os trabalhos se iniciado às 9 horas da manhã em sala reservada para o evento no famoso NOVOTEL JARAGUÁ, situado à rua Martins Fontes, bem no centro da cidade de São Paulo.

Na parte da tarde, de 14h15 até 17h, quando os trabalhos foram encerrados, houve valiosa participação de autodefensores e, principalmente,

**Inclusion
international**



de seus apoiadores, que saíram todos muito enriquecidos com essa experiência de termos em São Paulo, no Brasil, pela primeira vez que saibamos, um grupo de pessoas com deficiência intelectual ansiosos e animados de participarem do evento e ficarem conhecendo as dificuldades, os obstáculos que, na verdade, são praticamente os mesmos em todos os países.

Os trabalhos foram muito bem conduzidos por Inês Escallon, do Canadá, integrante de Inclusion International, e Coordenadora de Trabalhos sobre Deficiência Intelectual em toda a América Latina. A certa altura dos trabalhos, Inês, muito comunicativa e simpática, desenrolou um rolo de barbante e fez que todos os presentes fossem pais, amigos, participantes, autodefensores, pessoas apoio, interessados, coordenadores, fossem segurando o barbante sem deixá-lo cair, como uma comprovação eficiente da importância enorme de manter um vínculo permanente entre todos os que ali estavam, para que não ocorra que, de repente, determinada região de um país tem muito maior acesso a informações do que outros, pelo fato, no caso do Brasil, de termos um país muito extenso, sendo o 5º país em extensão do planeta. A mesma ideia deve propagar-se para a comunicação entre países.

Ficamos felizes de que os autodefensores representando o Brasil fizeram um papel muito bonito. O representante da Federação Nacional das Apaes, José Lucas Ferreira dos Santos, do Tocantis, autodefensor, e seu apoiador – Ricardo de Oliveira Silva – tiveram notável desempenho, José Luca muito articulado, capaz de expressar suas ideias com grande clareza, e apoiador firme a seu lado, não na condição de amigo porque o trabalho não envolve amizade mas empatia, compreensão, um vínculo amistoso que reúne a pessoa autodefensora e quem a apoia.

Outro autodefensor que representou muito bem o Brasil com seu entusiasmo e maneira contagiante e simpática de expressar opiniões foi o autodefensor Breno Viola, pertencente ao Movimento Down do Rio de Janeiro. Breno tem uma presença e um domínio de palco, digamos assim, bastante bom, até porque tem tido acesso a programas recentes televisivos nos quais teve grande destaque.

As autodefensoras que representavam a CARPE DIEM e Apae de São Paulo, como dizemos adiante neste relatório, saíram-se muito bem, mostrando a todos nós, interessados há muitos anos no chamado movimento de autodefensores em todo o mundo, como estamos evoluindo no Brasil, se bem que há enormes progressos a realizar.

Inês Escallon, que coordenou o trabalho maior do seminário latino-americano de autodefensores com muita eficiência e dedicação, havia se comunicado, anteriormente, com a amiga Gloria Moreira Salles, da Associação Carpe Diem, de São Paulo, entidade famosa pelo excelente trabalho que realiza por pessoas jovens a maioria com síndrome de Down. Gloria, que foi



a fundadora da entidade em 1996, presenteou a Klaus Lachwitz, Presidente atual de Inclusion International com um livro que qualificamos como excelente e original, escrito por 8 clientes do Carpe Diem, entre moças e rapazes, em que essas pessoas com deficiência intelectual, orientadas por uma coordenadora do projeto, souberam expressar seus sentimentos, incluindo medos, dúvidas sobre sexualidade, a religião que abraçam, como é a sua vida no dia a dia em suas casas e na comunidade. Esse excelente livro chama-se *Mude seu falar que eu mudo o meu ouvir*, e tem uma versão em inglês, o que, evidentemente, aumenta em muito o interesse dos leitores por seu conteúdo, uma vez que, se fosse apenas impresso em português, um número muito menor de pessoas teria acesso a ele.

A Associação CARPE DIEM participou intensamente dos trabalhos com contribuições pessoais de Glória Moreira Salles, a assistente social da entidade Lucinha Cortez, e ainda a assistente social da área de autodefensoria da entidade, a competente Juliana Righini, que também deu contribuição preciosa ao evento.

Lucinha Cortez, quando da fala muito bem-sucedida das duas representantes, uma da Colômbia – Maria Camilo Lozano – e outra do México, Abril Martinez Rivera (CONFE) –, estabeleceu algumas ideias construtivas sobre como deveria ser o contato da pessoa apoio, para que não permanecesse como um profissional que está atuando, mas que criasse um vínculo, uma empatia com o autodefensor, dando força e apoio a ele e, com sua atitude conciliadora e firme de aceitação, iria certamente fortalecer os vínculos que o autodefensor teria em relação a muitas outras pessoas de seu entorno social.

A Apae de São Paulo também levou a sua autodefensora, que, embora falasse baixinho, fez uma série importante de observações, auxiliada pela Monica Rocha, assistente social do setor de autodefensoria da Apae

de São Paulo, a que vem se dedicando com grande entusiasmo. Sem dúvida, contribuição muito importante do setor de autodefensoria desse estado. Chamou-nos a atenção, também, o posicionamento do autodefensor que representava o Paraguai, e o autodefensor do Chile, que trouxeram muitas ideias interessantes sobre como desenvolver esse importantíssimo trabalho.

Alguns nomes, como o do representante do Chile, um rapaz brilhante, e do Paraguai, outro tanto, não conseguimos achar no meio de tantos papéis e tantas observações escritas aqui e ali, pelo que pedimos desculpas. Esse, certamente, não é o último relatório que fazemos sobre autodefensores e, no próximo trabalho, tentaremos nos informar melhor sobre os nomes que faltam, mas o tempo era curto, as participações muito rápidas, nem sempre tudo sai a contento, pelo que pedimos desculpas mais uma vez.

É com prazer que destacamos aqui o brilhante papel desempenhado pela nossa atual Diretora de Assuntos Internacionais, Rosane Teresinha Vailati, que, com sua simpatia e desejo firme de colaborar e mais o excelente espanhol que domina, foi muito útil traduzindo para o espanhol o que diziam os autodefensores do Brasil que se expressavam, é claro, em português, o que não é de fácil entendimento para pessoas de idioma espanhol.

Obrigada, Rosane. Foi um prazer contar com sua colaboração afetuosa.

Compilado e digitado por Maria Amélia Vampré Xavier, em São Paulo, em 24 de outubro de 2015, participação no Seminário Latino-Americano de Autodefensoria realizado em 21 de outubro 2015, em sala do Novotel Jaraguá, Hotel situado na rua Martins Fontes, centro de São Paulo. ■

Projetos e Ações da Rede Apae

Estado da Bahia **Projeto APÃES Delicatessen**

O Projeto APÃES Delicatessen é uma iniciativa da Apae SFC – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Francisco do Conde, apoio da Prefeitura de São Francisco do Conde e Patrocínio da Petrobras e Governo Federal, tem como linha de atuação a geração de renda e oportunidade de trabalho para pessoas com deficiência no município. A partir da reativação da Padaria da Apae, o programa prevê formação e geração de oportunidade de trabalho para 40 jovens e adultos da comunidade que trabalham como aprendizes na padaria do projeto, produzindo produtos de panificação (pães, confeitaria e biscoitos) que são comercializados na sede e nos distritos mais longínquos da região. Além de favorecer os jovens e adultos contratados, o projeto APÃES Delicatessen beneficiará 600 alunos do Complexo Escolar Julieta Arlete Lícia (CEJAL) de São Francisco do Conde e 150 jovens da Apae, que recebem diariamente pães e outros produtos fabricados na padaria. O projeto conseguiu trazer autonomia para os 40 jovens e adultos participantes, além de incluir no mercado de trabalho seis jovens que foram contratados por empresas prestadoras de serviços no município.

Estado de Pernambuco **Apaes de Pernambuco têm a estimulação precoce como aliada**

Presente há 54 anos em Pernambuco, a Associação de pais e amigos dos excepcionais – Apae está presente em 19 cidades do estado, atendendo cerca de 3 mil e 500 pessoas nas áreas de saúde como fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia,

educação e defesa de direito. Uma das grandes áreas de atuação das Apaes de Pernambuco é a área de habilitação/reabilitação, com ênfase na estimulação precoce.

A estimulação precoce visa exercitar a criança em seu desenvolvimento para que ela consiga alcançar o máximo da normalidade, a fim de que conquiste melhores condições de vida e, conseqüentemente, maior autonomia. O trabalho conjunto dos diversos profissionais vem trazendo, ao longo desses anos, resultados satisfatórios para centenas de crianças atendidas nas unidades de Pernambuco, fruto de um trabalho em equipe que desprendem conhecimento, tempo, paciência e amor para que a inclusão de fato seja possível.

Podemos destacar três Apaes que vêm realizando um excelente trabalho na área de estimulação precoce: as unidades de Agrestina, Camaragibe e Garanhuns. Essas unidades trabalham em parceria com hospitais, unidades de saúde e prefeituras na detecção de crianças que precisem de acompanhamento especial e que, através da estimulação, consigam acompanhar o desenvolvimento de crianças da mesma idade.

Os serviços, cuidados e atendimentos oferecidos nas Apaes de Pernambuco conseguem se destacar e tomaram-se referência para cidades da região, profissionais de saúde, pais e responsáveis. Ao chegar às unidades das Apaes, as crianças de 0 a 6 anos passam por uma triagem para saber qual o tipo de tratamento e por quais profissionais serão acompanhadas. Os avanços têm aparecido ao longo dos anos: bebês com déficit neuropsicomotor mostram que, após o tratamento, conseguiram ter um pouco mais de autonomia.

Quanto mais precoce e preciso for o diagnóstico, maiores as chances de minimizar ou corrigir as sequelas.

Estado do Pará Apae de Abaetetuba Programa Horta e Jardinagem

Esse programa teve início em 2011 com a estruturação do espaço sob orientação e supervisão de profissionais voluntários da área de engenharia agrônoma.

Objetivo do programa: “proporcionar o conhecimento sobre o cultivo de hortaliças e jardinagem, destacando a importância dos cuidados com a natureza e com o consumo para uma vida saudável”.

Sob a orientação da mediadora Maricélia Teles, formada em Técnicas Agrícolas, os aprendizes recebem orientações técnicas e realizam atividades práticas voltadas para o tratamento do solo com adubo orgânico produzido na própria Instituição (trituração de folhas, sobras de alimentos orgânicos etc.), para o plantio, manutenção, colheita e distribuição de hortaliças, além de receberem noções

básicas de conscientização quanto à necessidade de preservação da Natureza, bem como de consumir hortaliças de boa qualidade.

Ressalta-se que, após a distribuição destinada à merenda dos atendidos na instituição, o excedente é comercializado, para a manutenção e novas produções do referido programa.

Os aprendizes participam de todo o processo referente ao programa (preparar a terra, semear, realizar a manutenção/cuidar, colher e entregar para consumo).

O programa também recebe estagiários de outras instituições, como: Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto Federal do Pará (IFPA) e escolas profissionalizantes.

É possível perceber excelentes resultados no cultivo das hortaliças e no preparo de mudas para a jardinagem. O clima e o solo são propícios para o sucesso do programa. Observa-se a satisfação dos aprendizes na realização das atividades.



Projetos e Ações da Rede Apae

Essa é uma das muitas experiências exitosas que vêm sendo desenvolvidas, nos últimos cinco anos, na APAE de Abaetetuba.

Estado de Goiás

O Movimento Apaeano teve início em Goiás há 45 anos, com a fundação de duas unidades da Apae; uma na cidade de Goiânia e outra em Anápolis no ano de 1969. A partir daí, outras cidades do estado aderiram ao Movimento, e, atualmente, Goiás conta com 47 unidades filiadas e três Apaes em processo de filiação. A Federação Estadual, com 25 anos de existência, foi fundada em 1989.

Atualmente, cerca de seis mil pessoas com deficiência são atendidas nas Unidades da Apae em Goiás de Montreal sobre Deficiência Intelectual.

Algumas ações têm se destacado no Movimento Apaeano em Goiás. Na área da saúde, uma atenção especial à prevenção é dada pelo trabalho do Laboratório da Apae Anápolis, que é referência no estado com a realização do teste do pezinho. Desde o ano de 1994, realiza esse teste com exames que detectam precocemente doenças que podem prejudicar o desenvolvimento da criança.

Outro destaque na área de prevenção é o Programa de Proteção à Gestante, realizado pelo laboratório da Apae Goiânia, que, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde (SUS) e as Secretarias Municipais de Saúde, realiza o teste da mamãe, triagem de gestantes para investigação de doenças que podem ser transmitidas ao feto, tais como sífilis, HIV, Doença de Chagas, Toxoplasmose, Hepatite B e C e rubéola.

O Teste da Mamãe é totalmente gratuito e oferecido às gestantes que procuram os postos de saúde do estado



de Goiás. Mensalmente, são triadas aproximadamente seis mil gestantes nos 245 municípios goianos.

Na área da educação, a Apae em Goiás tornou-se parceira da Secretaria Estadual de Educação na Regulamentação da Escola Especial. Juntamente com outras instituições que atendem pessoas com deficiência intelectual, foi construído um documento que regulamenta a escola para as pessoas com deficiência intelectual que não apresentam perfil para frequentar a escola de ensino comum. Esse documento foi aprovado em 22 de agosto de 2014, pelo Conselho Estadual de Educação.

Dessa forma, em Goiás, as pessoas com deficiência intelectual com necessidade de apoio intenso e generalizado terão uma escola com currículo próprio, adequado para suas necessidades.

Em consonância com as orientações da Federação Nacional das Apaes, em Goiás, a Federação Estadual luta pela escola especial como escola de fato e de direito, por isso inclusiva, do ponto de vista do acolhimento à diversidade. Busca a construção de um sistema educacional inclusivo que contemple o fortalecimento das escolas comuns e a permanência das escolas especiais para aqueles que dela necessitam.

No que diz respeito à área do trabalho, a movimentação das Apaes tem sido constante no intuito de incluir seus aprendizes no mercado de trabalho. Como exemplo,

temos o trabalho realizado pela Apae Cristalina, que desenvolve um projeto há quatro anos – com a proposta de emprego apoiado –, “Programa Agrinho”, do Sistema FAEG/SENAR e Sindicato Rural.

Os participantes do Projeto Agrinho são contratados por empresas do ramo da alimentação – trabalham no viveiro e na horta orgânica, por quatro horas, com carteira assinada, sendo acompanhados por uma professora e um instrutor. Nas outras quatro horas, participam dos projetos pedagógicos ofertados pela Apae. Em vários outros municípios goianos, as Apaes têm se aproximado das empresas no sentido de conscientização e abertura de espaços para a inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho.

O desafio das Apaes em todo o Brasil é enorme. Em Goiás não é diferente. Somos cientes de que a missão assumida exige vontade de vencer os obstáculos e atingir as metas mais ousadas em benefício de pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla.

Estado de Minas Gerais **Programa Escola de Pais: promovendo o conhecimento e autonomia dos pais**

Baseado em uma iniciativa de um programa Europeu, a Federação das Apaes do estado de Minas Gerais implantou nas Apaes Mineiras um programa intitulado Escola de Pais, que tem como objetivo valorizar as famílias e suas necessidades.

Inicialmente, o projeto piloto aconteceu em 2012, na Apae de Belo Horizonte, e, atualmente, 158 Apaes mineiras já implantaram o programa. De janeiro a setembro de 2015, 200 familiares já participaram da Escola de Pais, que, desde sua criação, já capacitou

aproximadamente 1600 mães e/ou pais de pessoas com deficiência.

A Escola de Pais é um lugar onde os pais se sentem mais à vontade para dialogar e participar de ações, que dizem respeito tanto ao cotidiano da família como da própria pessoa com deficiência e da instituição na qual ela está inserida. O principal objetivo da Escola de Pais é proporcionar maior confiança e segurança no desempenho da ação educativa. Visa ainda enriquecer os pais em sua autonomia, capacitando-os na busca dos recursos de fora do sistema familiar para a defesa dos direitos de seus filhos.

Além disso, melhora a comunicação, aprofunda os contatos pessoais e fortalece o espírito associativo, permitindo que a família se sinta corresponsável pela Apae e passe a zelar mais pela gestão organizacional. “Muitas vezes, as famílias desconhecem a estrutura da Apae, o estatuto, o organograma, as receitas, as despesas, os convênios, a forma como a Apae consegue se manter e ficam surpresos. Muitos pais acham que a Apae é governamental e se assustam quando a gente conta a história do movimento, que é grande. Aqui eles se sentem mais fortes, melhoram a relação entre eles, as mães fortalecem e ampliam os laços de amizade e a autoestima. É na Escola de Pais inclusive que eles aprendem a participar mais efetivamente dos Conselhos da Pessoa com Deficiência, das assembleias, plenárias, reconhecendo o papel político associativo”, ressalta a gerente de Autogestão, Autodefesa e Família da Apae de Belo Horizonte, Luciene Carvalhais.

Dessa forma, o programa busca abordar temas como a identidade do Movimento Apaeano; políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla; organização dos serviços na Apae visando à promoção da autonomia e independência da pessoa com deficiência intelectual e temas de interesse

Projetos e Ações da Rede Apae

dos pais com atividades complementares. “Alguns outros temas também vão surgindo no decorrer dos conteúdos, mas buscamos abordar principalmente a questão da legislação, pois os pais acabam esquecendo o que eles e os filhos possuem de direito. Na Escola de Pais, ensinamos como esse direito pode ser reivindicado, como se exige, onde os pais têm que ir, e a gente tem acompanhado isso nas pequenas ações. As mães se mobilizam dentro do ônibus, na fila de espera dos consultórios médicos, orientando outras mães, ajudando outras pessoas; isso é muito interessante”, conta Luciene.

Maria das Dores Amorim, mãe de PcD da Apae de Belo Horizonte, busca sempre incentivar outras mães na luta pelos direitos de seus filhos. “Tem mãe que não tem coragem de compartilhar e precisa muito de incentivo. A Escola de Pais foi boa para mim porque aprendi coisas que não sabia. Por exemplo, como lidar com a PcD, com outras crianças e com os próprios meninos da Apae. A Escola de Pais ensina tudo isso, além dos direitos, onde a gente aprende a como lidar com eles e reivindicá-los”, afirma.

Eduardo Barbosa, presidente da Feapaes-MG, reforça que os conhecimentos adquiridos na Escola de Pais dão às mães maior capacidade para defender os direitos de seus filhos. “Esse tipo de programa tem proporcionado uma melhoria na qualidade de vida das famílias, que passaram a compreender melhor a deficiência de seus filhos, buscando valorizar o potencial de cada uma deles”, reforça.

Márcia Regina da Silva, que também é mãe de PcD e já participou da Escola de Pais, reafirma que os encontros foram momentos muito proveitosos: “Foi na Escola de Pais que aprendi a lidar melhor com meu filho. Hoje, por exemplo, já sei como utilizar o benefício a que ele tem direito”, afirma.

O Programa Escola de Pais tem proporcionado às famílias uma busca incessante de conhecimento que, como resultado, tem gerado grande autonomia neles. “A Escola de Pais é assim, traz muito benefício, tanto para a família quanto para o filho. A Apae de Belo Horizonte fica muito feliz em ter participado do projeto piloto em Minas Gerais. É muito gratificante ver que muitas outras Apaes já estão aderindo ao programa, capacitando mais famílias”, conclui Luciene.

Estado do Paraná Apae de Cascavel implanta o Projeto Cimova

O Projeto Cimova – Circuito do Movimento voltado à Aprendizagem foi oficialmente lançado na Apae de Cascavel no início do mês de setembro. A iniciativa contempla um novo espaço que tem a finalidade de conciliar aprendizagem com movimento. Para isso, um conjunto de equipamentos atua como facilitador do aprendizado por meio de movimentos, gerando a compreensão de diversos conceitos, envolvendo noções de espaço e coordenação motora, por exemplo.

Criado pela pedagoga da Apae, professora Jane Maria Muller dos Santos, o principal objetivo desse projeto é definir alguns princípios e considerações práticas a respeito do desenvolvimento e da implantação de atividades motoras e programas de exercícios para pessoas com autismo e transtornos globais do desenvolvimento (TGD). Visa também possibilitar a inclusão social e proporcionar melhor qualidade de vida. “Inicialmente, é essencial conhecer cada um dos alunos individualmente, suas habilidades motoras; interesses e a capacidade comunicativa”, explicou a professora.

Projetos e Ações da Rede Apae

Equipamentos

Portanto, pode-se assegurar de que o aluno será bem-sucedido nas tarefas propostas segundo sua motivação; obediência; autoestima e desempenho independente. Na Apae de Cascavel, os treinamentos são realizados em circuitos no ambiente externo. Os equipamentos para as atividades funcionais são compostos de pneus de vários tamanhos reutilizados; figuras geométricas grandes de madeira, com argolas coloridas, para melhor aprendizagem da matemática; cones grandes de cimento para passar por dentro, trazendo algumas dificuldades para melhor superação de mobilidade; elásticos; pneus suspensos para passar objetos por dentro produzindo alongamento; obstáculos para serem ultrapassados (altos e baixos); cerâmicas com várias texturas; gramas naturais; areia; banco de cimento; colchonetes; bambolês; árvore; corda; cones de sinalização, entre outros.

Todos esses equipamentos, dispostos em formatos variados, com a intenção de proporcionar um espaço adequado ao desenvolvimento das atividades psicomotoras e sensoriais. O Projeto Cimova torna a vida dos alunos com autismo e TGD mais participativa e agradável, com superação comprovada.

Estado do Rio de Janeiro

“Conviver é a melhor forma de incluir”

Sabendo do elo que as nossas crianças criam com a Apae e não se rompe ao sair dela, buscamos trazê-los de volta de uma forma a integrá-los ao grupo que se encontra nela. O Projeto “Conviver é a melhor forma de incluir” resgata isso com alegria e muita emoção.

O profissional responsável por esse projeto, Aderlan Lima, contratado pela atual presidente da Instituição

e Conselheira Regional das Apaes da Região dos Lagos/RJ, Kelly Soares, busca, com esse e muitos outros projetos, trazer alegria aos nossos assistidos, uma vez que se trata da execução dos movimentos rítmicos, permitindo, assim, expressar os sentimentos e emoções através da dança, teatro, música, entre outras formas de expressão e integração artística, interagindo as outras Apaes da Região dos Lagos com a nossa Apae.

O projeto acontece dentro e fora da nossa instituição. Por exemplo: encerramos nossos meses de trabalho oferecendo aos nossos assistidos uma culminância que reúne convidados, com o intuito de essa interação começar partindo de dentro de nossas instituições. Além disso, na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência, aproveitamos para também colocar nosso projeto em andamento realizando os I Jogos Inclusivos da região dos Lagos, que reuniu a Apae de Cabo Frio, Apae Búzios, Apae Araruama, Apae Rio das Ostras, Apae Iguaba Grande, Apae Arraial do Cabo, Apae Macaé, Apae Casimiro de Abreu. Também participamos da Olimpíada Estadual das Apaes do Rio de Janeiro, onde a abertura foi feita com a união e a socialização dos assistidos de todas as Apaes da Região dos Lagos (estado do Rio de Janeiro) em uma única apresentação. Isso foi feito através de encontros para ensaios gerais, vídeos do andamento dos ensaios individuais



Projetos e Ações da Rede Apae

compartilhados com os demais participantes. Com isso, resgatamos os ex-assistidos e alunos com deficiência que estão na rede regular, que convivem de forma que a inclusão seja alegre, prazerosa e alcance a todos.

“É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”

Federação das Apaes do Estado de São Paulo

Apae de Franca realiza aplicação de botox em pacientes. Substância ajuda no desenvolvimento muscular de pessoas com deficiência.

O botox, substância geralmente utilizada para amenizar rugas e marcas de expressão facial, tem sido aplicado para ajudar no desenvolvimento muscular de pessoas com deficiência atendidas pela Apae de Franca.

Segundo a fisioterapeuta da instituição, Luciana Rinaldi Dias, o paciente recebe o botox em um músculo, que fica relaxado devido à ação da toxina. “Isso facilita na fisioterapia, a mobilidade melhora, os movimentos ficam mais abertos e a recuperação é mais rápida”, afirmou a profissional.

Segundo Luciana, devido ao grau de deficiência, muitos pacientes ficam com a musculatura extremamente rígida, o que dificulta o trabalho de fisioterapia, por exemplo. “Na medicina, isso é chamado de ‘espasticidade’, ou seja, distúrbio de controle muscular que é caracterizado por músculos tensos ou rígidos e uma incapacidade de controlar a musculatura”, disse a fisioterapeuta.

Com a aplicação da substância, o músculo relaxa e a terapia fica mais eficiente, ampliando a capacidade de reabilitação. Segundo o neurologista José Umberto Jacinto, o tratamento faz com que o paciente tenha uma melhora expressiva na qualidade de vida. “Tem crianças que chegam aqui com a musculatura tão rígida que mal conseguem andar ou que têm dificuldade de fazer a higiene íntima. Com o tratamento, podemos observar que a melhora foi muito grande. Algumas que nem caminhavam, mesmo com um pouco de dificuldade, hoje andam”, disse Jacinto.

O neurologista é um dos responsáveis por conseguir que o tratamento fosse feito dentro da Apae. “Antes, nossas crianças precisavam ir até o Hospital das Clínicas, em Ribeirão Preto, um dos poucos locais onde a aplicação é feita. Mas isso não era bom, porque o ideal é que a fisioterapeuta acompanhe todo esse processo, e isso não era possível. A Apae conseguiu que uma neurologista de Franca, a Dra. Thaisa Mourão Vasconcelos de Mattos, que tem habilitação para esse tipo de tratamento, fizesse as aplicações dentro da instituição. Ela faz isso de graça e ajuda muito nossos pacientes”, disse José Umberto.

Com a aplicação feita dentro da Apae, as fisioterapeutas podem acompanhar o procedimento e indicar, de acordo com cada paciente e seu grau de deficiência, qual músculo deve receber a toxina. Com o tratamento direcionado, a melhora é mais rápida.

O uso do botox é um tratamento caro, mas as despesas são custeadas pela Secretaria Municipal de Saúde. “Depois da aplicação, nós fazemos todo o trabalho de reabilitação com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do paciente”, explica Luciana Dias.

A aplicação é feita em média a cada três meses, tempo em que a toxina fica agindo na musculatura. Segundo a fisioterapeuta, para que o trabalho tenha resultados, os exercícios devem ser feitos também em casa, com o auxílio dos familiares.

Em 2014, 26 pessoas foram atendidas nesse projeto. Para este ano, mais vinte serão avaliadas. São mais de quinze funcionários, entre terapeutas ocupacionais, psicólogos e fisioterapeutas, trabalhando para a recuperação do paciente.

Sobre a FEAPAES-SP

Com 305 filiadas, a FEAPAES-SP é certificada pela norma internacional ISO 9001 desde janeiro de 2014. Atualmente, a entidade presta serviços de assessoramento em nove áreas: comunicação; coordenação técnica; cursos e eventos; financeiro; gestão; instrumento da qualidade; jurídico; ouvidoria; e sala de soluções.

Para melhorar a integração entre as Apaes, a Federação de São Paulo implantou o sistema de Grupos de Trabalho nas áreas de assistência social, educação, gestão e saúde. A entidade também foca sua atuação na capacitação e atualização dos profissionais das Apaes. No primeiro semestre de 2015, foram realizados 32 cursos, totalizando mais de 1,3 mil participantes.

Federação das Apaes do Estado do Rio Grande do Sul **Um projeto sustentável de inclusão e geração de renda para mulheres**

A Apae de Giruá-RS criou um projeto para atender às necessidades de alunas adultas e mães de alunos com deficiência intelectual e/ou múltipla. Temos 41 alunos em idade de ingressar no trabalho, mas apresentam um quadro clínico que impossibilita sua inclusão no mercado de trabalho autônomo e competitivo. Por outro lado, se receberem orientação contínua para a atividade laboral serão produtivos. Também temos as mães de alunos que frequentam a instituição para reabilitação dos filhos. Elas não podem trabalhar, pois os filhos necessitam de cuidados maternos diretos, liberam-se dessa função apenas quando o filho(a) está sob os cuidados da Instituição. Foi pensando nesse público que procuramos disponibilizar uma ocupação com geração de renda. Surgindo daí a ideia de montar uma fábrica de vassouras com garrafas pet.

Inicialmente, pesquisamos o público-alvo, suas capacidades laborativas, o produto a ser fabricado, o público consumidor do produto a ser comercializado, a matéria-prima necessária e concluímos que era viável a implantação do projeto. Esse seria inovador em nossa região, pois não tínhamos conhecimento de outras iniciativas igual a essa, e, para facilitar o desenvolvimento do projeto e as possíveis dificuldades operacionais, buscamos a parceria do SEBRAE, que auxiliou na gestão, com a criação de um plano de negócios, e o SENAI, que disponibilizou profissionais para acompanhar o trabalho das mulheres, o funcionamento e as melhorias nas máquinas.

Através do programa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a "Rede Parceria Social", o Instituto



Projetos e Ações da Rede Apae

Lojas Renner financiou o projeto para montar a fábrica de vassouras feitas com garrafas pet. Em contrapartida, a Apae disponibilizou espaço numa garagem que estava ociosa e anexa ao prédio, na qual foram colocadas prateleiras para armazenar as garrafas pet prontas para serem desfiadas.

Formou-se uma equipe técnica com profissionais da Apae: psicóloga, fisioterapeuta, assistente social e terapeuta ocupacional, para elaborar instrumentos de seleção e definição dos cargos operacionais para a seleção das participantes do projeto. ■



Depoimentos de algumas mulheres do projeto

"Meu filho me disse: 'Mãe, para de ser boba, andar tão longe a pé pra ganhar tão pouco!'. Eu disse pra ele: 'Me deixa ser feliz, nunca trabalhei, isso aqui é tudo pra mim'. Antes me doía tudo, eu não podia nem caminhar; quando precisava vir na Apae, eu vinha de táxi, e agora eu venho a pé trabalhar" (a distância da casa até a Apae é de 3 km). Mãe Odila Moura.

"Eu sou muito feliz trabalhando aqui, e ajudo a minha família na renda, cuido do meio ambiente." Aluna Sabrina Gering.

"Foi o meu primeiro trabalho. Se não fossem vocês, eu não estaria aqui. Antes, eu tinha depressão. Se eu chegar a sair daqui e ficar só em casa, não sei o que vai acontecer." Mãe Rosane.

"Isto aqui mudou a minha vida, não quero ficar só em casa conversando com as vizinhas. Aqui acabam as preocupações." Mãe Isete Maria Ritter.

"Agora eu não vou mais faltar à escola." Aluna Monia Andréia Mews.

Com esse projeto, ganharam as famílias, as alunas, o meio ambiente e a comunidade. As alunas e as famílias passaram a ter mais qualidade de vida, porque, além de melhorar o poder aquisitivo, são mais felizes por pertencer a um grupo de trabalho; a comunidade, por estar envolvida no recolhimento de garrafas pet, e essa, além de auxiliar a Apae com a matéria-prima, está aprendendo com as pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla a importância da preservação ambiental e desenvolvendo o hábito de reaproveitar o lixo reciclável; e o meio ambiente ganha, quando evitamos que os litros sejam jogados em locais inadequados, os quais acabam causando danos irreparáveis à natureza.

Coordenações Nacionais

FESTIVAL NOSSA ARTE - 60 ANOS DO MOVIMENTO APAEANO

Coordenação Nacional de Arte
Coordenadora: Rosânia de Almeida



Imensa satisfação em retornar a falar da Arte e ter a oportunidade de divulgar a importância do Festival Nossa Arte para a rede apaeana e em cena, além de outros aspectos pertinentes desse grande evento que já tem um público garantido. Peço licença em utilizar-me da informalidade das palavras no intuito de externar uma proximidade entre nossos leitores e, assim, sentir-me mais à vontade para socializar algumas ideias e conceitos sobre a importância da arte na educação e na vida daqueles que tiverem o privilégio de vivenciar expressões que falam de movimentos, cores, sons, dramatizações entrelaçando nas diferentes linguagens artísticas.

Primeiramente, reporto-me aos objetivos gerais desse evento, o FESTIVAL NOSSA ARTE, promovido pela Federação Nacional das Apaes através da Coordenação Nacional de Arte e composta por representantes dos Coordenadores de Arte de cada Federação de Estado, trazendo como meta: promover a transformação e a colaboração efetiva para o conhecimento artístico e pedagógico, estendendo-se à vida socioafetiva da pessoa com deficiência intelectual e múltipla através de vivências na arte com suas diferentes linguagens, com o intuito de modificar caminhos e propiciar o desenvolvimento global nas diversas áreas através do trabalho com profissionais da arte e educação.

Nesse espaço, quero fazer uma breve reflexão dos trabalhos desenvolvidos pelos professores e profissionais da arte que atuam nas Apaes do nosso Brasil, que, neste momento, estão finalizando suas produções artísticas para a participação nas seletivas do Festival. Apropriados de conhecimentos artísticos e muita criatividade, este grupo seletivo de profissionais trabalha intensamente na elaboração de seus espetáculos, imbuídos de muita emoção e

energia, uma das características presentes nas veias daqueles que trilham no caminho da expressão!

Após a elaboração final dos trabalhos artísticos, tem o momento de “dar aquela última pincelada”, fazendo pequenos ajustes nos figurinos, cenários, na composição musical, readequando uma cena ou modificando algumas partes da montagem coreográfica. Tudo é realizado com muita dedicação e pautado em referências teóricas e práticas, respeitando a diversidade cultural de cada lugar, e assim por diante.

Essa ação é muito rica para os alunos, professores e abraça uma grande equipe de profissionais da instituição para a efetivação do trabalho. Digamos que é o outro lado do festival que chamo de preliminares, de base, de semente que resulta numa explosão de talentos e, ao mesmo tempo, desafia os organizadores quanto à logística do evento ao ver os espetáculos de grande impacto, cujo trabalho vem dos professores e demais envolvidos.

O momento citado acima é de extrema importância para se aproximar da perfeição e, muitas vezes, vem a superação. Requer muito esforço e a prática constante dos trabalhos artísticos, pois sabemos que o melhor caminho para o aluno com deficiência aprender é fazendo inúmeras vezes. São os conhecidos ensaios para apresentação no Festival. Essa é a realidade nua e crua do processo criativo de cada espetáculo para culminar no Festival Nossa Arte, seguindo as etapas em que o professor estabelece um diálogo com os alunos sobre o trabalho a ser desenvolvido, posteriormente vem os ensaios que se repetem semanalmente e, por fim, a memorização e a internalização expressiva do trabalho no coletivo, como efetivação total dos objetivos planejados para apresentação.

Coordenações Nacionais



Os professores compreendem perfeitamente bem como são articuladas essas etapas da produção artística. Parece um labirinto de ações, com garimpos de recursos materiais e humanos que são necessárias para cada fase. Mas isso é apenas a velha e conhecida “metodologia” de ensino.

Agora sim cheguei num ponto importante: a metodologia contemplada nos planejamentos de aula e nos conteúdos curriculares da disciplina de ARTE. Lembro aos autores dos trabalhos artísticos, os professores, que tudo teve um início, uma referência teórica, um sistema organizado e meticulosamente aplicado nas aulas de arte e, assim, foi possível chegar a um resultado que possibilita à pessoa com deficiência mostrar as suas potencialidades e capacidades por meio das linguagens artísticas.

O ápice desse processo é quando chega o momento de apresentar para o público.

Portanto, prezados professores e profissionais da arte envolvidos nas produções artísticas do Festival, continuem sendo os articuladores dos grandes espetáculos que estarão nos palcos do Festival Nossa Arte! Os resultados são percebidos e apreciados. As oportunidades de aprendizagens são inúmeras e nessa questão há um ganho inestimável para o desenvolvimento global da pessoa com deficiência intelectual e múltipla. É importante ressaltar as famílias que também fazem parte desse processo e juntos, observa-se uma intensa movimentação para “estar e fazer” o festival.

E assim estamos caminhando para a X Edição do Festival Nossa Arte, a ser realizado no próximo ano, em Recife. Um evento grandioso que agrega alunos, professores, equipe de profissionais das Apaes e toda uma organização, a fim de contemplar a sociedade com os grandes espetáculos artísticos. Missão importante e que nos causa um grande prazer em fazer parte disso. ■



A Coordenadoria de Prevenção e Saúde planejou e está organizando para a presente gestão 2015/2017 uma série de ações e projetos que foram vivenciados nos últimos dois anos e, com base nessa experiência, levar aos participantes do Movimento Apaeano ideias de ações que possam ser desenvolvidas dentro do próprio movimento e junto à comunidade, assim como promover uma troca de experiências, entre cada uma das Apaes do Brasil, de projetos já bem-sucedidos.

Assim, uma das preocupações da Coordenadoria de Prevenção e Saúde é conhecer quem são os nossos alunandos e procurar identificar as causas que levaram a apresentar uma deficiência intelectual, associada ou não a malformações congênitas, identificando as suas necessidades e oferecendo defesas de direitos, atenção à saúde, apoio à família e a inclusão social.

É estimado que, no Brasil, 6,7 a cada 1.000 nascidos vivos sejam acometidos por algum grau de deficiência intelectual (FÉLIX, TM et al., 1998) e é conhecido que cerca de 60% de nossos alunandos não têm o diagnóstico etiológico de suas deficiências, e, com isso, sabemos que uma parcela grande dessa comunidade necessita de algum tipo de atendimento especializado, para fins de diagnóstico, tratamento ou aconselhamento.

Taiane Vieira e Camila Giugliani (2013) mencionam que “Algumas doenças genéticas, como síndrome de Down e defeitos do tubo neural, podem ter sua incidência reduzida por meio de ações educativas direcionadas à comunidade”. John M. Opitz (1964) cita que “A chave da prevenção é a educação não só dos profissionais, como também, o que é muito importante, da população leiga”.

Propostas de ações

Assim, gostaríamos de apresentar algumas propostas de ações e contar com a colaboração dos companheiros do Movimento Apaeano.

Para 2015

Assim, solicitamos:

- para que a Federação Nacional das Apaes fornecesse à Coordenadoria de Prevenção e Saúde a listagem de todos os Presidentes de cada uma das Federações Estaduais das Apaes, já conseguido;
- que a Federação Nacional das Apaes, através da Secretaria Executiva, emitisse, a cada Presidente das Federações Estaduais, uma carta do tipo circular, apresentando o nome do Coordenador de Prevenção e Saúde, para que possamos entrar em contato com os mesmos, facilitando, assim, o diálogo;
- que a Coordenadoria de Prevenção e Saúde possa solicitar aos Presidentes das Federações Estaduais os nomes dos Coordenadores Estaduais, com os respectivos dados para contatos posteriores, já conseguido em parte;
- que os Coordenadores Estaduais de Prevenção e Saúde possam nos encaminhar os nomes e formas de contato dos Coordenadores Regionais de Prevenção e Saúde;
- que os Coordenadores Regionais de Prevenção e Saúde possam indicar o nome de um profissional de cada uma das Apaes de sua regional ou conselho, para funcionar como Coordenador Municipal de Prevenção e Saúde;

Coordenações Nacionais

- que os Coordenadores Estaduais de Prevenção e Saúde encaminhem para a Coordenação Nacional de Prevenção e Saúde (geneticamedica@uol.com.br) propostas de ações ou projetos, adaptados à realidade regional e que sejam possíveis de serem executados, com o intuito de construirmos em conjunto o presente Plano de Ação, que não está fechado, e passível de discussões, recebendo sugestões e adaptações, que serão discutidas em reunião com todos os Coordenadores Estaduais de Prevenção e Saúde;

- que os Coordenadores Estaduais de Prevenção e Saúde nos encaminhem o calendário de reuniões de todos os Estados, para que possamos propor uma visita técnica e participação de uma dessas reuniões, sempre que possível. No presente ano, a Coordenação Nacional de Prevenção e Saúde já participou de três eventos, um nos dias 31 de março e 01 de abril em Florianópolis, SC, outro no dia 28 de abril em Porto Alegre, RS, e o terceiro no dia 16 de junho em Valinhos, SP, todos organizados pelas respectivas Federações Estaduais e Coordenadores Estaduais de Prevenção e Saúde. Essas atividades foram muito proveitosas;

- que nessas visitas técnicas, em cada uma das Federações Estaduais das Apaes, possamos discutir in loco projetos, cursos de educação continuada, seminários, teleconferências através do Projeto Telessaúde, aos nossos profissionais, que na área de prevenção e saúde envolve uma equipe multiprofissional (médicos da atenção primária à saúde, geneticistas, neurologistas, pediatras, psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, educação física, odontólogos, dentre outros);

- que, durante essas visitas técnicas, possamos incentivar o Coordenador Estadual, Regional e Municipal de Prevenção e Saúde, no sentido de que as suas Apaes utilizem com mais frequência a Plataforma Apae Brasil, facilitando, assim, a comunicação entre todos os participantes do Movimento Apaeano, através dessa poderosa ferramenta, assim como o encaminhamento de artigos científicos como material bibliográfico de apoio para o embasamento das ações;

- que, durante a visita técnica às Federações Estaduais, possamos colher material já desenvolvido em cada uma das Federações através das Coordenadorias Estaduais de Prevenção e Saúde, para iniciar o processo de delinear a elaboração de um Manual de Prevenção e Saúde, havendo, na conclusão desse opúsculo, a citação de todos os participantes como coautores;

Além disso, buscaremos:

- incentivar os profissionais das Apaes, para que adaptem seus projetos de pesquisa, quando concluídos, para submetê-los à publicação no periódico Apae Ciência. Por exemplo, nos dias 15 a 17 de outubro de 2015, ocorrerá o VII Congresso Brasileiro sobre síndrome de Down em Curitiba, PR (www.down2015.com.br), e, certamente, muitas entidades do Movimento Apaeano têm desenvolvido trabalhos nessa área; assim sendo, somos de opinião que seria muito interessante apresentá-los para divulgar o trabalho junto à comunidade científica, assim como ter a oportunidade de trocar ideias com outros profissionais da área;

- motivar as Apaes a desenvolverem palestras educativas nas escolas de primeiro e segundo grau inicialmente e, posteriormente, nas instituições de ensino superior, sobre os mais diversos

temas, como nutrição, carteira de vacinação das crianças, cuidados odontológicos, orientações pré-concepcionais, orientações sobre o pré-natal, orientações sobre o perinatal, orientações sobre o pós-natal, a importância do uso do ácido fólico antes de ficar grávida, além de explicações sobre as doenças detectadas no programa de triagem neonatal (teste do pezinho) etc. O ideal seria montarmos um banco de palestras em PowerPoint, para que todos pudessem divulgar as informações corretas e de forma uniforme.

Para 2016

- Com o cadastramento já montado ao longo do ano de 2015, podemos pensar em localizar e fazer contato em cada Município, motivo pelo qual foi sugerido um Coordenador Municipal de Prevenção e Saúde, com os agentes comunitários de saúde

(ACSs), para que possamos oferecer educação continuada na área de prevenção e saúde, através de palestras educativas. Os agentes comunitários de saúde são profissionais muitíssimo importantes para o nosso trabalho, pois eles conhecem muito bem as famílias em cada um dos municípios. Eles sabem, em uma dada casa, qual indivíduo faz uso abusivo de álcool, e poderão mostrar a uma futura e/ou gestante que isso poderá levar seu bebê a ter alguns danos. Além disso, eles poderão auxiliar em outras questões, como uso de drogas e doença materna que possam levar a um efeito teratogênico no futuro descendente, causando deficiência intelectual;

- divulgar entre cada uma das Apaes o fluxograma de investigação quando um alunando tenha suspeita de deficiência intelectual, ou malformação congênita, ou erro inato do metabolismo (disponibilizaremos a todas as Apaes através da plataforma Apae Brasil);



Coordenações Nacionais

- propiciar educação médica continuada aos colegas médicos que atuam nas Apaes e também nos municípios, através do ensino a distância. Por exemplo, abordando assuntos como avaliação genética de famílias, dismorfologia, agentes teratogênicos, aberrações cromossômicas, doenças detectadas no teste do pezinho, aconselhamento genético, cuidados pré-concepcionais, preenchimento adequado da declaração de nascido vivo, em especial aos campos 6 e 41 da ficha DNV (Declaração de Nascido Vivo), dentre outros;
- elaborar uma cartilha com perguntas e respostas, visando, por exemplo, à Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, para que os profissionais das Apaes fiquem mais aptos a darem uma entrevista na rádio, na televisão, ou uma apresentação nos Conselhos Municipais e/ou Estaduais, durante esse período de 21 a 28 de agosto. Isso facilitaria muito para que pudéssemos ter uma mesma linguagem, evitando erros na informação, e com isso estaríamos preservando o nome da Instituição Apaes;

- incentivar que seja incluída, no calendário das atividades das Apaes, uma Campanha Nacional de Alerta ao Uso de Álcool na Gestação. Internacionalmente, é comemorada no dia 9 de setembro, sendo conhecido o slogan TOO YOUNG TO DRINK – NOVO DEMAIS PARA BEBER!

O conjunto de danos ao feto devido ao beber durante a gravidez é denominado de transtornos do espectro alcoólico fetal (TEAF, equivalente a FASD, em inglês).

Os TEAF, apesar de afetar a todos nós, são 100% evitáveis e podem ser prevenidos.

No presente ano, a FENAPAES participou em forma de divulgação e conscientização, no último 9 de setembro, através da mídia, como um primeiro momento na participação dessa campanha internacional (banner no texto).

Referências

CASTILLA, E.E.; CAMELO, J.L.; PAZ, J.E.; ORIOLI, I. Prevención primaria de los defectos congênitos. Rio de Janeiro: Fiocruz. Rio de Janeiro, 1996.

VIEIRA, Taiane; GIUGLIANI, Roberto (Orgs.). Manual de Genética Médica para Atenção Primária à Saúde. Porto Alegre: Artmed, 2013. ■



Coordenações Nacionais

EDUCAÇÃO FÍSICA 2015 - CICLO OLÍMPICO NAS APAES DO BRASIL

Coordenação Nacional de Educação Física, Desporto e Lazer
Coordenador: Roberto Antonio Soares



O ano de 2015, período em que o Movimento Apaeano comemora 61 anos de relevantes contribuições nas áreas de assistência, educação, trabalho e saúde, é especial e essencial para a Coordenação de Educação Física, Desporto e Lazer da Federação Nacional das Apaes, pois trata-se de entre outras ações da conclusão de um ciclo olímpico que tem a duração de 3 anos (2013 a 2015).

Importante ressaltar que o início do ciclo começa nas intervenções realizadas pelos educadores físicos nas mais de 2100 unidades do território brasileiro, com base nas aulas de educação física, reconhecida e regulamentada desde 1998, por sua vez: "Como responsável pelo estudo e aplicação do mundo do movimento humano, não pode ser retirada de qualquer processo pedagógico sério e comprometido com as questões sociais" (OLIVEIRA, 1992).

É uma das disciplinas obrigatórias no processo educacional sendo integrante do currículo escolar pela sua relevância, porque transcende o entendimento puramente técnico.

As escolas têm – ou deveriam ter – profissionais formados e atualizados, a metodologia própria da área de educação física. As intervenções ou informações, provenientes dessa disciplina, certamente poderiam contribuir para despertar nos educandos o interesse e a curiosidade ao aprimoramento das ações psicossociais ou psicomotoras, oportunizando, dessa forma, uma inclusão ideal ou próximo dela.

O entendimento da importância e do alcance dessa função é imprescindível para que os profissionais de educação física a exerçam, com plena consciência das atribuições que lhe são inerentes.

A oportunidade de atividades, sejam elas no âmbito da EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ou em

PROJETOS ESPECIAIS (como treinamentos de modalidades específicas e/ou eventos), torna o processo de inclusão de pessoas com deficiência menos agressiva, uma vez que essas atividades são programadas de modo a respeitar a integridade emocional social e física desses alunos, que tanto querem mostrar o seu o seu potencial.

Migrando da educação física escolar para os projetos especiais (turmas de treinamento), identificamos potenciais atletas, que, com o amadurecimento, as experiências vivenciadas são transformadas em oportunidades de participação em projetos esportivos, como eventos locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais. E, no movimento apaeano, temos muitos exemplos recentes de equipes e atletas que alcançaram



Coordenações Nacionais

pelo mérito a oportunidade de participação em eventos internacionais, e, não satisfeitos, obtiveram classificações expressivas nas suas modalidades esportivas.

A Coordenadoria de Educação Física da Federação Nacional das Apaes (FENAPAES) tem por princípio criar mecanismos inteligentes que auxiliam e dão suportes às ações a serem desenvolvidas pelos profissionais da área, norteando com as recentes pesquisas e fontes bibliográficas, além da produção de ferramentas como o CALENDÁRIO NACIONAL DE ATIVIDADES ESPORTIVAS DA FENAPAES, que registra, divulga e oportuniza para a rede os principais eventos esportivos realizados e promovidos pelo movimento apaeano e instituições parceiras durante o ano letivo.

Para conclusão do ciclo olímpico, foi realizada no mês de junho de 2015, na bela cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, a reunião de Congresso Técnico com os Coordenadores Estaduais de Educação Física, a fim de atualizar o Regulamento Geral e Técnico da 21ª Olimpíadas

Especiais das Apaes 2015 – Edição Nacional, que foi realizada no período de 3 a 7 de dezembro, em Campo Grande/MS, apresentando no programa onze modalidades esportivas (atletismo, natação, tênis de mesa, capoeira, bocha, ginástica artística, ginástica rítmica, futsal, basquete, handebol e futebol society).

A expectativa de atingir uma adesão de mais de 20 estados no evento e, aproximadamente, 1200 pessoas inscritas (técnicos, atletas e acompanhantes), como nas edições anteriores, foi concluída com grandeza e chave de ouro, nesse ciclo de valorização de um trabalho estratégico de qualidade de vida, cultural, inclusivo, responsável, seguro, pedagógico, esportivo e essencialmente profissional.

Referência

OLIVEIRA, Amauri A.B. de. Analisando a prática pedagógica da Educação Física. Revista da Associação dos Professores de Educação Física de Londrina. Londrina – PR. Brasil, v. 7, n. 13, p. 11-14, 1992. ■



AUTOGESTÃO E AUTODEFENSORES: CONQUISTANDO CAMINHOS PARA SER E CONVIVER

Coordenação Nacional de Autogestão e Autodefensoria
Coordenadora: Elcira Bernardi



Para nossa reflexão como famílias de pessoa com deficiência.

“Em busca da igualdade, estamos aqui”

Como deveremos chegar a esse objetivo?

Com satisfação, sinto-me orgulhosa e feliz em poder colaborar como mãe, como gestora voluntária e como pedagoga, que há 32 anos faz parte da trajetória desta entidade, a nossa Apae, que tanto luta pela pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Estou orgulhosa porque, como mãe, tive coragem, sabedoria e felicidade de sair de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul e vir para a capital do estado em busca de atendimento especializado para meu filho Juliano Bernardi, hoje com 41 anos de idade. Naquela época, o atendimento em pequenas cidades do Rio Grande do Sul era precário, pois nossa entidade, Apae, estava recém-iniciando suas atividades. Hoje, com o crescimento e aprimoramento de nossa entidade, posso afirmar que o modelo de organização e qualificação das Apaes é um exemplo, referência no atendimento da pessoa com deficiência intelectual e múltipla em todo Brasil.

E por que isso acontece?

Porque temos nas comunidades pessoas com espírito de solidariedade e altruísmo, que acreditam e possibilitam à pessoa com deficiência condições para seu crescimento e inclusão social, através de campanhas e ações conjuntas com a Apae, valorizando e acreditando na potencialidade da pessoa que necessita de apoio. Porque temos o poder público que garante a cidadania da pessoa com deficiência e

reconhece em nosso movimento, entidade que presta serviços de qualidade, realizando, assim, parcerias para manutenção de nossas escolas e cedência de profissionais, através de ações conjuntas e projetos, proporcionando à pessoa com deficiência seu passaporte para a cidadania e realização pessoal. E, para que isso aconteça, dirijo-me às diretorias, às famílias e aos alunos.

Por que a Diretoria?

Porque é através do trabalho voluntário com responsabilidade, eficácia, transparência e comprometimento que pais e amigos da pessoa com deficiência dedicam-se horas, dias, meses e anos de seu tempo à gestão da entidade, oferecendo condições de apoio para o bom andamento da entidade.

Por que as famílias?

Porque é primordial que a família, através de pais e irmãos, aceite a pessoa como ela é, se fortalecendo como casal e filhos, na certeza de que iremos caminhar sempre juntos para frente, tropeçando às vezes, caindo muitas, mas levando adiante nossa missão, nossa tarefa, nossa responsabilidade na educação de nossos filhos. Acredite, aceite esse seu filho, valorize o seu trabalho e o de nossa entidade, Apae, apoiando os profissionais que atendem nosso filho, participando das atividades da escola. Se assim fizermos, tenho a certeza de que o trabalho da Apae será enriquecido, proporcionando, assim, um serviço qualificado. Essa parceria escola-família é essencial para que nosso filho seja capaz de ser feliz, e de conviver em sociedade, visto que inclusão social deve ser iniciada dentro da família. Para que isso aconteça, a família deve ser comprometida com seu filho e também com a

Coordenações Nacionais

entidade, a fim de que possamos dizer: estamos aqui em busca de igualdade.

Por que os profissionais?

Porque nós, pais, devemos acreditar e valorizar o profissional que presta serviço na entidade, que, muitas vezes, remove barreiras na capacitação e qualificação pessoal para ampliar seus conhecimentos e promover a aprendizagem de nossos filhos.

Por que aos alunos?

Porque é a razão principal do movimento apaeano. É pela pessoa com deficiência intelectual e múltipla que existe a nossa luta, na busca de bom atendimento e inclusão social, auxiliando e incentivando-a na sua formação. Assim, estaremos respeitando sua individualidade, potencialidade e suas limitações, favorecendo sua independência. Pequenos para alguns, mas grande para outros. Ajudando-o no seu desenvolvimento como pessoa digna e capaz de

aprimorar o máximo seu potencial e expandir seus horizontes.

Não podemos deixar de pensar no significado do trabalho que desenvolvemos, arregaçando as mangas, empenhando-nos em realizar novos projetos, novas ações e propostas, procurando sempre agir, sempre caminhar, em direção aos objetivos propostos.

Para que isso aconteça, devemos ampliar saberes, compartilhar experiência, voltar a atenção para o que acontece ao nosso lado e, acima de tudo, caminhar lado a lado com afeto, com respeito, realizando, assim, um trabalho de qualidade.

MENSAGEM DA COORDENADORA DO PROGRAMA: AUTOGESTÃO E AUTODEFENSORIA.

Se fizemos isso, descobriremos que o possível é mais amplo do que parece. Se isso acontecer, tenho a certeza de que podemos dizer de peito aberto: “Buscamos a igualdade, por isso estamos aqui”. ■



Coordenações Nacionais

COORDENAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AÇÃO PEDAGÓGICA

Coordenação Nacional de Educação e Ação Pedagógica
Coordenadora: Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira



O atual momento da educação no país e, conseqüentemente, da educação especial, como consequência das consecutivas formulações de políticas públicas e legislações em vigor nos últimos anos, leva-nos a ressignificar as bases metodológicas e institucionais, no sentido de dinamizar e adequar práticas e estratégias pedagógicas para o trabalho educacional nas escolas especiais e/ou nos centros de atendimento educacional especializado nas unidades apaeanas voltadas a essa finalidade.

Historicamente, as Apaes têm atuado na promoção e na oferta de serviços educacionais para pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Nos últimos 60 anos, foram vários os documentos orientativos elaborados no âmbito das unidades apaeanas e, em sua maioria, capitaneados pela Federação Nacional das Apaes. A maior parte continha diretrizes para organização escolar, desde a documentação necessária para regularização da educação até o trabalho prático do professor em sala de aula.

Na atualidade, o trabalho do professor na educação especial vem sendo requisitado para responder às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, frente ao papel da educação inclusiva, que defende a ideia de todos os alunos estudarem juntos na escola comum, e, ao mesmo tempo, reforça o papel docente, seu caráter mediador e facilitador do processo de aprendizagem.

A rede educacional apaeana depara-se com diferentes realidades em cumprimento às determinações legais referentes à educação especial, que, sobretudo, é defendida pelo órgão majoritário oficial, como uma modalidade voltada ao atendimento educacional especializado, ficando à margem dessa interpretação, o que vem sendo praticado pelas escolas especiais.

A atual conjuntura educacional do país evidencia um esforço do poder público em disseminar práticas inclusivas nos sistemas educacionais que promovam rupturas nos diversos setores, níveis, etapas e modalidades de educação. A tentativa de envolver as iniciativas da rede privada vem encontrando barreiras nas formas de encaminhamento e determinações oficiais, quanto ao funcionamento da educação especial e às formas de organização dos serviços oferecidos, sendo um deles as escolas especiais.

Diante disso, hoje vivenciamos realidades que diferenciam maneiras e estratégias de organização dos serviços educacionais na própria rede Apae, demandando a necessidade de promover assessoramento, orientações e documentos norteadores, em âmbito nacional, uma vez que cada modelo requer uma proposta pedagógica ou outros instrumentos, embasados em determinantes legais.

Com essa reflexão, foi que se norteou o planejamento para a realização, nos dias 16 e 17 de setembro de 2015, de um encontro de coordenadores de educação, nacional e dos estados, quando foi discutida e proposta a elaboração de um documento indutor para contemplar a área citada, no contexto das unidades educacionais apaeanas, a partir de uma análise e representação da realidade educacional. De início, foi proposta uma atividade que consiste no esboço de um retrato da educação especial nos estados que compõem a rede Apae.

A elaboração do documento pretendido contará com o envolvimento coletivo dos coordenadores de educação das Federações das Apaes dos Estados (Feapaes), sendo responsável pela condução de todo o processo, a coordenação de educação e ação pedagógica da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), em parceria com especialistas,

mestres e doutores de Universidades convidadas e engajadas com as finalidades das Apaes.

Posto isso, encontramos-nos rumo ao alcance da meta pretendida: subsidiar as unidades educacionais apaeanas com estudos, pesquisas e dados da realidade atual a respeito da melhor e mais adequada forma de propiciar o acesso, a

permanência e o percurso escolar com sucesso aos alunos com deficiência intelectual e múltipla.

Será um documento tecido por muitas mãos, em especial apaeanas, com a segurança da pesquisa e dos estudos que embasam a temática, enfim, o encontro da teoria e prática, para que os objetivos sejam plenamente atingidos. ■





UNIVERSIDADE
CORPORATIVA
REDE APAE

Conheça nossos cursos online:

Período: nov/2015 – 2016

- Alfabetização - 120 horas

- Autismo TEACCH - 120 horas

- Captação de Recursos Federais/Projetos Sociais
SICONV - 80 horas

- Estimulação Precoce - 40 horas

- Prevenindo Deficiências - 80 horas

- Cursos de Pós Graduação em Autismo e Práticas
Pedagógicas

Acesse o nosso portal e
confira todos os cursos.

www.uniapae.org.br



100% online



Suporte de
professores



Horário Livre e
acesso ilimitado



Fóruns de
discussão e chats



Certificado
de conclusão

Descontos
especiais
p/ grupos
de alunos!



facebook.com/uniapae

Curta nossa página e
participe dos nossos sorteios.

Mais informações:
(61) 3224-9922

Email:
secretaria@uniapae.org.br



Um projeto da:



***Aqui tem: apoio,
defesa e solidariedade.***



(61) 3224-9922
fenapaes@apaebrazil.org.br



apaebrazil.org.br



comunicacao@apaebrazil.org.br



facebook.com/apaebrazil



[brasilfenapaes](https://twitter.com/brasilfenapaes)